



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XI (2010)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Anjana Singh, Fort Cochin in Kerala 1750-1830. The Social Condition of a Dutch Community in an Indian Milieu, vol. 13 das Monografias TANAP sobre a história da interacção Ásia-Europa, dirigida por Leonard Blussé. Leida/Boston, Brill, 2010. ISBN 978-90-04- 16816-9, xxi+317 pp., 2 mapas, 8 apêndices, índice

João Teles e Cunha 

Como Citar | How to Cite

Cunha, João Teles e. 2010. «Anjana Singh, *Fort Cochin in Kerala 1750-1830. The Social Condition of a Dutch Community in an Indian Milieu*, vol. 13 das Monografias TANAP sobre a história da interacção Ásia-Europa, dirigida por Leonard Blussé. Leida/Boston, Brill, 2010. ISBN 978-90-04- 16816-9, xxi+317 pp., 2 mapas, 8 apêndices, índice». *Anais de História de Além-Mar* XI: 385-410. <https://doi.org/10.57759/aham2010.37320>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2010. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2010. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

documentos inéditos, dois deles transcritos em castelhano e traduzidos para inglês; uma variada bibliografia (que a autora apresenta como seleccionada mas que cobre historiografia tão diversificada quanto a portuguesa, a espanhola, a americana, a italiana, a austríaca, a holandesa, a inglesa...) e, por fim, as referências arquivísticas de mais vinte documentos e seus resumos (e que excluem os outros citados em notas ao texto), todos no Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo.

Para além da documentação escrita e visual inédita que a leitura deste livro nos dá a conhecer, um dos seus múltiplos contributos é o de nos relembrar o imenso campo de trabalho que está por desbravar e estudar no que a alguns aspectos do funcionamento e vivência da corte portuguesa diz respeito. A extensa bibliografia citada mais não faz do que salientar esse aspecto.

CARLA ALFERES PINTO
(CHAM)

Anjana SINGH, *Fort Cochin in Kerala 1750-1830. The Social Condition of a Dutch Community in an Indian Milieu*, vol. 13 das Monografias TANAP sobre a história da interacção Ásia-Europa, dirigida por Leonard Blussé, Leida/Boston, Brill, 2010. ISBN 978-90-04-16816-9, xxi + 317 pp., 2 mapas, 8 apêndices, índice.

O presente título é o 13.º volume de uma colecção publicada pela Brill no âmbito do projecto TANAP (Towards a New Age of Partnership), estabelecido pelo Departamento de História da Universidade de Leida em parceria com outras instituições a nível mundial para comemorar o quarto centenário da fundação da Verenigde Oost-Indische Compagnie (doravante VOC), a Companhia Unida das Índias Orientais holandesa criada em 1602. A palavra de ordem aqui parece ser parceria, porque o projecto em questão engloba várias instituições neerlandesas e estabelece laços de cooperação com arquivos nacionais espalhados por três continentes com vista a inventariar documentação referente à VOC, a qual, por arrasto, interessa a diversos países do mundo onde a companhia desenvolveu a sua actividade. Mais do que um simples projecto de inventariação, recuperação e sistematização de fontes, o TANAP também ministra cursos de doutoramento na Universidade de Leida a pessoas oriundas dos países tocados pela acção da companhia. Algumas das teses defendidas aí têm vindo a ser publicadas pela casa editora Brill desde 2006. Mas os objectivos do TANAP ultrapassam o mero afã comemorativo momentâneo, logo ilusório, já que procuram lançar uma base de cooperação científica e académica que a longo prazo manterá a VOC, e com ela os meios universitários neerlandeses, no centro do intercâmbio cultural e do debate historiográfico a nível mundial conforme se pode comprovar mediante consulta do respectivo site na internet (www.tanap.org).

Parceria é pois, a todos os níveis, o propósito que anima o projecto, não só a nível da cooperação institucional, mas também da historiografia conforme precisa Leonard Blussé, membro do comité do programa e editor da presente série monográfica. Blussé alude à terminologia em voga nos estudos asiáticos e da expansão europeia na Ásia desde finais da década de 1970 (cf. p. vii); particularmente após a publicação em 1979 de uma colectânea de estudos em homenagem ao historiador americano Holden Furber, o qual tinha justamente abordado na sua obra as parcerias económicas, e as de outra índole, que

tinham sido estabelecidas entre asiáticos e europeus antes do advento do período colonial na Ásia. O livro em questão, *The Age of Partnership: Europeans in Asia Before Dominion*, editado por Blair B. Kling e Michael N. Pearson¹, questionava o anterior paradigma de domínio europeu nos mares asiáticos desde a chegada de Vasco da Gama a Calecute em 1498, por então geralmente aceite e cuja obra emblemática era, paradoxalmente, o livro do historiador indiano K. M. Panikkar: *Asia and Western Dominance. A Survey of the Vasco da Gama Epoch of Asian History*². De resto, o termo “Dominion”, aplicado à expansão europeia para a época anterior a 1800, era ainda muito popular na historiografia ocidental no início da referida década de setenta do século XX. Para tal basta recordarmos o livro do historiador britânico J. H. Parry: *Trade and Dominion, The European Overseas Empires in the Eighteenth Century*³.

Desde então muita água passou debaixo da ponte e o debate historiográfico sobre o tema evoluiu para outros paradigmas, assim como a terminologia usada, mas convém reter que já em 1979 Charles R. Boxer, convidado a participar no dito *festchrift*, preferiu utilizar antes a expressão “cooperação e conflito” para caracterizar o relacionamento entre europeus e asiáticos, asseverando que se havia “parceria” esta tomava a forma de um “cavalo e cavaleiro, sendo que o homem branco era o cavaleiro”⁴. A crueza da metáfora empregue por Boxer indicava um processo mais complexo que uma certa generalização, logo simplificação, propunha como leitura normativa do relacionamento entre europeus e asiáticos na Ásia antes de 1800. A insistência com esta data tem a sua razão de ser, porque foi a escolhida para servir de meridiano separador da era pré-colonial da colonial que se lhe seguiu, justamente quando o relacionamento passou a ser marcado pelo “domínio” das potências europeias no continente asiático. Não foi por mero acaso que outra das obras que marcou uma época na historiografia, *India and the Indian Ocean 1500-1800*, sintomaticamente dedicada a Boxer e a Furber, tenha tido como barreiras cronológicas arredondadas a data da chegada dos portugueses ao Índico e a do começo dos impérios coloniais europeus na Ásia conforme reconhecia um dos seus editores, o historiador indiano Ashin Das Gupta⁵.

A constante evolução historiográfica também acabou por rever o marco cronológico terminal, uma tendência notada nos últimos anos em alguns dos historiadores que se dedicam à história da Ásia em geral e da Índia em particular, que preferem usar 1750 como a data limite para o início da nova época de “Dominion”. Basta ter presente para efeitos de exemplo os dois volumes que K. N. Chaudhuri dedicou aos aspectos materiais da civilização na Ásia e no Oceano Índico, os quais terminam justamente em 1750⁶. Claro

¹ *The Age of Partnership: Europeans in Asia Before Dominion*, editado por Blair B. KLING e Micheal N. PEARSON, Honolulu, The University of Hawaii Press, 1979.

² K. M. PANIKKAR, *Asia and Western Dominance. A Survey of the Vasco da Gama Epoch of Asia History*, (2.^a edição) Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1959. A primeira edição data de 1953 e o livro em questão, escrito por um homem oriundo do Quêrala, logo susceptível ao impacto da história marítima nas sociedades humanas, e que estava profundamente envolvido no movimento nacionalista indiano, tendo servido a União Indiana como diplomata, ultrapassa em muito o que a simples leitura do título sugere, tanto que o público que o autor tinha em mente quando o escreveu era, primordialmente, o indiano e asiático, e não tanto o ocidental.

³ J. H. PARRY, *Trade and Dominion, The European Overseas Empires in the Eighteenth Century*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1971, reimpresso várias vezes desde então.

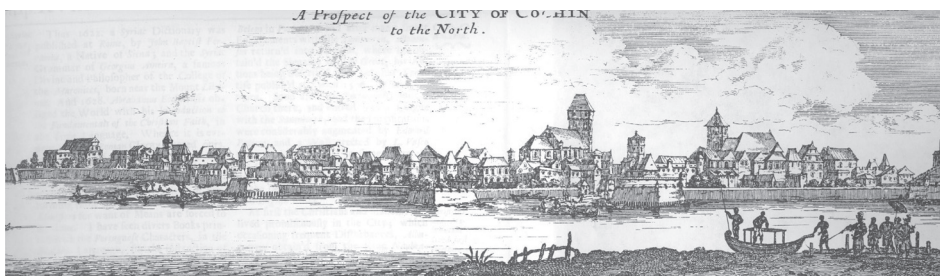
⁴ Cf. *The Age of Partnership: Europeans in Asia Before Dominion*, p. 97.

⁵ Cf. *India and the Indian Ocean 1500-1800*, editado por Ashin DAS GUPTA e Micheal N. PEARSON, Calcutá, Oxford University Press, 1987, p. 25.

⁶ K. N. CHAUDHURI, *Asia before Europe: Economy and Civilisation in Asia from the Rise of Islam to 1750*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991; *Trade and Civilisation in the Indian Ocean; an Economic History from the Rise of Islam to 1750*, Cambridge, Cambridge

que a percepção historiográfica ocidental sobre a Ásia tem mudado de forma acelerada desde 1945, particularmente nos últimos decénios com a gradual perda pelo Ocidente da liderança política, económica, militar e cultural a favor do continente asiático.

O pior é que nem mesmo este revisionismo histórico tem ajudado a superar uma visão em blocos, os europeus de um lado e o asiáticos do outro, ou no patamar mais abaixo consoante a nacionalidade dos interventores; já que uma análise mais detalhada a nível individual deixa entrever redes e contactos com “parcerias” baseadas no interesse mútuo e numa diversidade de afinidades mais ou menos momentâneas. Para terminar um intróito que já vai longo, a derradeira moda historiográfica, a globalização, apenas tem acentuado os vícios anteriores, uma vez que todos procuram que o seu grupo, país, região, cultura e civilização sejam os arautos de algo tão vago e fluído que pode ser aplicado com propriedade desde o momento em que o Homem abandonou África. Não deixa de ser irónico que no mesmo preâmbulo em que apresenta a nova “Parceria”, Leonard Blussé tenha mencionado que, nos séculos XVII e XVIII, as sociedades costeiras da Ásia das Monções testemunharam a entrada de mercadores europeus e a emergência de redes comerciais marítimas globais (cf. p. vii). Tratar-se-á de um *lapsus calami*? Supomos que sim!



A obra em apreço da autoria de Anjana Singh é uma monografia de história social que incide sobre a comunidade neerlandesa de Cochin inserida num meio indiano entre 1750 e 1830. A autora, de resto, tem vindo a dedicar-se à história deste porto malabar, pois já nas suas provas de mestrado na Universidade de Bombaim, defendidas em 2001, abordara a presença mercantil neerlandesa de 1663 a 1680 com uma dissertação intitulada *Merchants and Emporials: The Dutch in Cochin (1663-1680)*. Por isso, nem a geografia nem os materiais de arquivo lhe são totalmente desconhecidos, embora tenha existido uma certa evolução temporal e deslocação temática do seu objecto de análise.

Em linhas gerais a tese subjacente à dissertação de doutoramento defende que os neerlandeses estabelecidos em “Fort Cochin” passaram por uma série de mudanças políticas, económicas e sociais entre 1750 e 1830 como resultado do processo de recomposição do mapa político no Malabar com a retirada progressiva da VOC da Índia, face à crescente hegemonia britânica na região, tendo a East India Company (doravante EIC) apoderado-se de Cochin em 1795. Durante o período em causa, Singh defende que a VOC no Malabar deixou de ser uma instituição eminentemente comercial para se dedicar a explorar fontes de rendimento alternativas, sobretudo as provenientes de uma viragem para a terra, e que a comunidade neerlandesa local se “indigenizou”, não só porque criou laços de sociabilização e parentesco com a sociedade crioula local (onde avultavam mestiços e topazes), como investiu em casas, propriedades fundiárias e no comércio da região.

University Press, 1985. Não deixa de ser significativo que a tese de doutoramento de Chaudhuri, que data da década de 1970 e foi publicada pela primeira vez em 1978, tenha ido até 1760, outra data arredondada posterior à batalha de Plessey (1757).

Daí que no momento em que os britânicos ocuparam Cochim em 1795, a maior parte desta comunidade tenha optado por ficar; pois criara raízes e não tinha qualquer perspectiva de vida em Colombo ou Batávia, nem mesmo num eventual repatriamento para os Países Baixos, que no fundo não eram a sua pátria. Razão pela qual a autora segue o seu fado até 1830, para rastrear o devir desta comunidade até à sua eventual dissolução na Cochim britânica.

Para substantivar a sua tese, Anjana Singh espraia-se por 272 páginas, incluindo as notas e excluindo os apêndices e bibliografia, divididos em introdução, seis capítulos e conclusão. Na “Introdução” apresenta sucintamente o seu objectivo, a história social dos funcionários da VOC em Cochim entre 1750 e 1830, com as dinâmicas criadas num meio indiano, e procura inserir a instituição e os indivíduos no seu contexto a fim da sua caracterização servir de ponto de comparação com os demais estabelecimentos neerlandeses na Ásia, para além de fornecer novas perspectivas e informação sobre a expansão europeia em geral. Justifica a sua opção por Cochim pela riqueza dos fundos documentais da VOC, pela seu peso na estrutura da companhia, estava em terceiro lugar depois de Batávia e Colombo quanto ao número de funcionários, e por ser uma fortaleza/cidade/centro administrativo, político e económico neerlandês no Malabar e não um mero enclave ou feitoria na Índia. Quanto à cronologia Singh escolheu o princípio no período pós-Kolachel ⁷, a batalha ocorrida em 1741 onde a derrota da VOC frente a Travancor anunciou uma nova era política no sul da Índia, mais tarde complementada com a presença de Maíçur e o aparecimento da EIC na região. Após a incorporação de facto de Cochim na companhia britânica em 1795, algo ratificado legalmente pela Convenção de Londres de 1814, a autora optou pelo ano de 1830 como data terminal para descobrir se os habitantes neerlandeses estavam de passagem ou tinham vindo para ficar.



Para atingir o objectivo proposto, Singh começa por caracterizar o local e as pessoas que o habitavam por volta de 1750, recuando até à conquista neerlandesa em 1663 para explicar como Cochim fazia parte do debuxo imperial de Rijcklof van Goens centrado em Ceilão e como aquela cidade se tornou no centro da presença da VOC no Malabar. A com-

⁷ Kolachel, uma cidade perto do litoral malabar hoje integrada no estado de Tamil Nadu, a 8° 10' N e 77° 14' E.

panhia dedicou-se ao negócio da especiaria, sobretudo da pimenta, procurando instituir um monopólio de modo a eliminar os concorrentes, pese ter a noção da impossibilidade prática do mesmo. A derrota em Colachel em 1741 obrigou a VOC a fazer cedências ao rajá de Travancor, tendo o porto de Alleppey⁸ passado a ser o verdadeiro empório comercial do Malabar em concorrência com Cochim. Socialmente, a população de “Fort Cochin”, o reduzido centro urbano amuralhado sucessor da portuguesa Santa Cruz de Cochim, tornou-se no sítio onde só habitavam os funcionários holandeses e indo-europeus ao serviço da companhia, no seio de um espaço onde imperava uma divisão funcional segundo o posto ocupado pelo indivíduo na hierarquia da VOC e modelado na tradição neerlandesa de “regular e separar”.

A muralha, contudo, não impediu o contacto de “Fort Cochin” com a malha urbana contígua, Mattanchery, nem com a população aí existente composta de castiços, topazes, lascars, mukkuvan, judeus, banianos, chatins e muçulmanos. Os contactos eram diversificados, desde pessoais até institucionais, incluindo os informais de cariz mercantil, onde estava tanto o regateio quotidiano para o abastecimento alimentar da praça como para investimentos privados. A “Fort Cochin” de meados de Setecentos seria um espaço multi-religioso e multi-cultural, onde a população era constituída por famílias miscigenadas (marido europeu e esposa mestiça) com ligações à comunidade de mestiços e topazes, a qual falava um crioulo português e era católica.

Após a caracterização de Cochim c.1750, Anjana Singh aborda as modificações ocorridas nas possessões malabares da VOC até 1784, ou seja entre o fim da Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748) e o da IV Guerra Anglo-holandesa (1780-1784), dois conflitos que selaram o declínio da companhia em solo indiano e a ascensão britânica, num quadro também marcado pelo predomínio de Travancor e de Maiçur à custa de pequenos estados regionais como Cochim e Calecute. Neste quadro a companhia começou a retirar-se progressivamente da Índia e a concentrar as forças no centro da sua presença, Java e o Ceilão, razão pela qual Batávia manteve Cochim, mesmo que se desinteressasse do Malabar e deixasse de investir aí. Singh chama à atenção para a falta de sintonia entre os comandantes e governadores no Malabar e os governadores-gerais em Batávia e os *Heren XVII* nos Países Baixos, com aqueles a defender reformas e continuidade no investimento para superar a conjuntura desfavorável, enquanto estes defendiam uma política de cortes, contenção orçamental e desinvestimento tendo em vista o declínio das receitas.

Foi durante este período que alguns governadores do Malabar, homens como Casparus de Jong (1756-1761) e Godefridus Weyerman (1761-1764), se viraram para a terra de modo a aumentarem os réditos da VOC mediante o arrendamento da exploração de direitos sobre aldeias e propriedades fundiárias. A política foi interrompida por Batávia em 1764, pelo que outros governadores como Christiaan Lodewijk Senff (1768-1770), Adriaan Moens (1770-1781) e Johan Gerard van Angelbeek (1781-1793) procuraram incrementar as receitas locais mediante a dinamização da função portuária de Cochim e a criação de novos impostos. Mesmo assim, a autora aponta que por volta de 1780 38% das receitas de Cochim provinham de outros rendimentos para além do comércio, quando em 1697 tais réditos registavam o valor marginal de 5% (cf. p. 88).

Só no terceiro capítulo Singh chega finalmente ao que constitui o âmago da sua tese, tratar do mundo social de Cochim, começando com as categorias sociais usadas pelos neerlandeses que as copiam dos portugueses, com algumas diferenças: temos assim castiço (*castizo*), mestiço (*mestizo*) e topaz (*toepas*), enquanto o “reinol” pode corresponder *lato sensu* ao funcionário europeu da VOC, assim como o “casado” ao *vrijburger*. Talvez não tão surpreendente quanto isso, a marca portuguesa continuou viva em Cochim

⁸ Também grafado Alappuzha, donde o Alapula das fontes portuguesas, a 9°29'N e 76°19'E.

após 1663 por via social e cultural, o português continuou a ser língua veicular até ao fim de Setecentos, reforçada por uma identidade católica, sendo frequentes os casamentos mistos com os *castizen* e mesmo com os funcionários europeus da companhia. Aliás, a autora refere com acerto que o casamento com mulheres locais, mesmo com viúvas ricas, era uma forma de integração e promoção social para os funcionários da VOC. Mais do que isso, ao casarem-se dentro da mesma família, alguns funcionários europeus construíram redes de influência ao mais alto nível em Cochim, como ocorreu com três mulheres da família Daimichen (cf. p. 293).

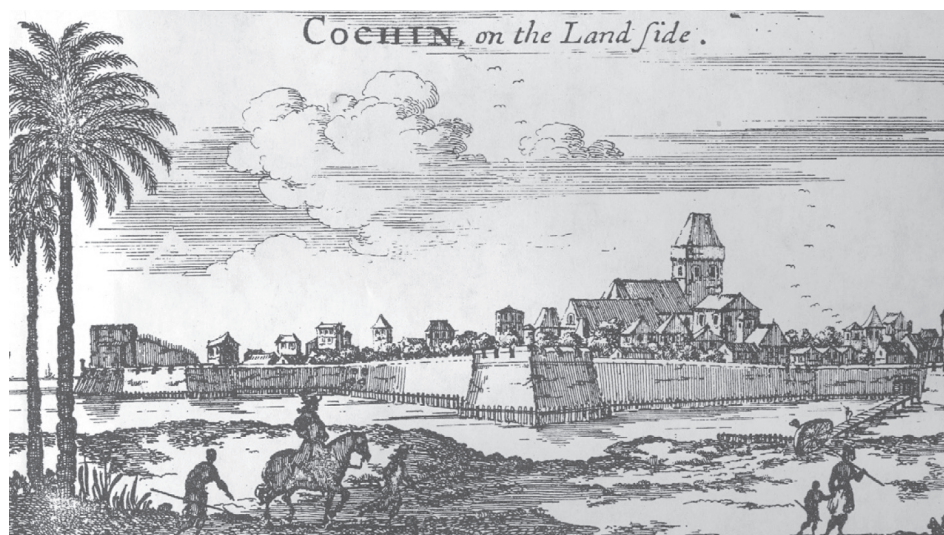
Como Anjana Singh refere, a estruturação social era definida pela companhia para caracterizar e enquadrar o grupo e o indivíduo. A terminologia para definir os grupos sociais existentes era de cariz geográfico, étnico, legal e religioso; complementada pela relação institucional estabelecida entre o indivíduo e a VOC que se traduzia em direitos e deveres legais e políticos, a par do rendimento económico do funcionário ou do papel comercial desempenhado pelos não-funcionários. A autora menciona que o número de habitantes intramuros aumentou entre 1760 (206 fogos) e 1790 (241 fogos), mas curiosamente mais de metade da população era servil (cf. pp. 96-97). Como Cochim não era um dos destinos preferenciais dos emigrantes europeus, com relevo para as mulheres, as famílias eram essencialmente mistas, dado que as esposas eram “castiças” ou “mestiças”, estas na maior parte dos casos, ou mesmo topazes. Deste modo, a célula social de base, a família, adquiriu um carácter multi-étnico. Daí que na segunda metade do século XVIII o peso da sociedade mestiça tenha aumentado na estrutura da VOC, mesmo quando a companhia preferia contratar europeus ou castiços quanto muito. Em 1760 a companhia recrutava localmente 21,74% dos seus quadros, mas em 1785 a percentagem quase duplicara e alcançava os 40,41%; sendo o número dos funcionários qualificados recrutados em Cochim superior ao dos oriundos da Europa: em 1760 eram 70,37% e em 1785 tinha subido para 76,74% (cf. pp. 105-109).

Tudo isto aponta para uma sociedade mista, mais ou menos integrada em Cochim e nos seus arredores, a qual investiu localmente a nível do comércio particular e de propriedades urbanas e fundiárias. De certa forma o desiderato da VOC manter um sociedade marcada e definida por si fracassou, apesar das instituições (orfanato, leprosaria, hospital, escolas, igreja, tribunal) estabelecidas para a enformar. Quanto muito o espaço público continuou marcado pela companhia, mas o informal e doméstico escapava-lhe completamente, como seria natural acrescentamos nós, e mesmo no institucional a VOC viu-se obrigada ao compromisso. Nesta política deliberada de separação, só os filhos dos funcionários europeus e castiços da companhia podiam ir à escola desde que fossem membros da Igreja Reformada Holandesa, pelo que o neerlandês nunca saiu dos circuitos oficiais, e só os seus dependentes tinham acesso ao hospital e leprosaria. O calvinismo, à falta de *predikant* versados em malaiala e português, jamais poderia galgar as muralhas da cidade, pelo que o catolicismo continuou a converter mais pessoas, inclusive os funcionários neerlandeses da VOC. Enquanto a comunidade “holandesa” de Fort Cochin adquiriu raízes locais e estava mais ou menos inserida na sociedade indiana circundante, a companhia assistia impotente à erosão dos seus laços no Malabar.

No antepenúltimo capítulo Singh lida com a saída da VOC do Malabar. O abandono começara em 1771 quando o governador Senff vendeu Cananor ao Ali Rajá por 100.000 rupias, nunca pagas na íntegra (cf. p. 84). A autora vê, retrospectivamente, o destino do Cochim holandês como sendo o resultado da luta entre britânicos e franceses pela hegemonia no Hindustão (cf. p. 147), dado o seu posicionamento estratégico e a valência do seu porto no contexto do sul da Índia, no momento em que Tipū Sulṭān (r. 1782-1799) aguçava o seu apetite pelo Malabar e a EIC quis acabar com a ameaça de Maiçur aos seus interesses na região. A falência técnica e material da VOC, que acumulou um enorme défice de exploração na década de 1780, apenas acelerou o processo. Dos vinte

e um postos que a companhia tinha no Malabar em 1750 passou a ter só quatro em 1795, Cochim, Porcá ⁹, Calecouão ¹⁰ e Coulão ¹¹, os restantes foram abandonados ou alienados, como Cranganor ¹² vendida em 1789 (cf. p. 158). Na Índia os funcionários procuravam cada vez mais a sua subsistência fora da companhia, a qual tinha cada vez menos meios de impor a sua política de controlo comercial internamente. A situação na Europa, onde uma mudança política que aproximou os Países Baixos da França revolucionária levou o Stadhouder Guilherme V (r. 1751-1806) a refugiar-se na Grã-Bretanha, onde assinou a “Carta de Kew” mediante a qual a EIC ocupou as possessões neerlandesas na Ásia, como aconteceu a Cochim e aos demais estabelecimentos da VOC no Malabar a 21 de Outubro de 1795, para impedir os franceses de fazerem o mesmo.

O que se seguiu, narrado nos dois últimos capítulos, analisa a liquidação da VOC em Cochim e a adaptação dos “holandeses” que ficaram ao novo amo, a EIC. O processo revelou-se um verdadeiro anti-clímax. Os britânicos procuraram por todos os meios apoderar-se da “herança” da companhia neerlandesa enquanto liquidavam ou neutralizavam os seus funcionários, dependentes e respectivas famílias que tinham escolhido ficar. Logo em 1795 a EIC deu a escolher aos funcionários da VOC se queriam permanecer ou partir, tendo a maioria destes escolhido continuar em Cochim, onde tinham construído a sua vida, do que emigrar para Colombo, Batávia ou Europa. Conforme Anjana Singh refere, só saiu maioritariamente quem não tinha laços que os prendessem à Índia. Mas a pressão britânica originou uma vaga migratória maior, pois entre o último censo levado a cabo pela companhia em 1792 e o que os britânicos elaboraram em 1814 tinham desaparecido 126 agregados familiares, tendo ficado apenas 52 chefes de família que se diziam “holandeses” (cf. pp. 220-221). A autora menciona a adaptação destes “holandeses” aos novos tempos britânicos, quer mediante o casamento de algumas “holandesas” da elite local com funcionários da EIC, quer com a sua entrada ao serviço da companhia inglesa desde que prestassem juramento de fidelidade ao monarca da Grã-Bretanha.



⁹ Purakkad, entre Cochim e Coulão, a 9°21'N e 76°21'E.

¹⁰ Kayamkulam, no litoral malabar a sul de Cochim, a 9°10'N e 76°29'E.

¹¹ Kollam, também grafado Quilon à inglesa, a 8°52'N e 76°36'E.

¹² Kodungallur, ao norte de Cochim, a 10°13'N e 76°13'E.

A conclusão de Singh apenas reitera os objectivos estabelecidos para a análise e os factos apurados durante a sua exposição, pelo que não vale a pena repeti-los aqui. Quando termina a leitura da dissertação o leitor não pode deixar de sentir uma certa sensação de insatisfação. Tal não significa que a obra em apreço seja má, pelo contrário, mas continuamos com o sentimento que falta algo, pois a autora podia e devia ter ido mais longe com os materiais que recolheu e apresentou na sua análise.

Para isto talvez tenha contribuído a perspectiva adoptada, que peca por paroquial. Já em 1957 Hugh Trevor-Roper criticava o imobilismo defensivo dos historiadores que se circunscreviam, leia-se especializavam, num breve período e num determinado lugar para analisar um fenómeno específico, dedicando-se a abater quem se arriscava a penetrar no seu terreno de caça, pois faltava-lhes o que ele designava por “filosofia de história”¹³, ou seja possuir uma linha interpretativa que permitisse perspectivar o objecto em observação num contexto mais alargado. Ao centrar a tese em Cochim e secundariamente no Malabar, Anjana Singh não conseguiu perspectivar a sua inserção na Índia, nem na presença geral da VOC na Ásia, nem na restante presença europeia na região e no continente, o que prejudicou em muito a leitura que fez. Se é certo que a conquista de Cochim pela VOC em 1663 fez parte de um debuxo imperial mais vasto estabelecido por Van Goens e que incluía o Ceilão, algo que a autora menciona (cf. pp. 15-16) na esteia de René J. Barendse¹⁴ entre outros; não deixa de ser menos certo que o Malabar estava a perder velocidade económica, aliás como toda a costa ocidental, a favor do Coromandel e do Bengala, as zonas mais dinâmicas da economia indiana durante toda a centúria setecentista. Algo que Singh passou por alto.

E, mesmo no seio da VOC, o núcleo da sua actividade comercial na Ásia centrava-se em Java e no mundo insular circundante e secundariamente em Ceilão. Como vimos, Cochim e o Malabar faziam sentido em primeiro lugar como complemento de defesa de Ceilão e secundariamente como centro mercantil. De resto, o Malabar sempre foi estruturalmente deficitário na contabilidade da VOC, basta ver os números que a própria autora fornece (cf. pp. 64-67) retirados da obra de George Winus e Marcus Vink¹⁵. Tal significava que Batávia teria de enviar dinheiro para cobrir as despesas, capital que simplesmente não estava disponível na época tratada pela autora ¹⁶. Por isso, Singh simplesmente não tem razão quando afirma que as preocupações de Batávia eram infundadas quanto às reais possibilidades do Malabar inverter a situação entre 1749-1784, uma vez que estava a melhorar as suas receitas (cf. pp. 70-71). Basta ver que no período em consideração a companhia acumulou um défice pelo valor de 760.998 florins, ou seja apenas dezasseis dos trinta-e-cinco anos em causa registaram um saldo positivo, menos de metade do período, e o historial dos quarenta-e-nove anos anteriores (1700-1749) tinha sido totalmente negativo¹⁷. Na prática era muito pouco para convencer seja quem for da bondade de uma eventual recuperação por via tradicional, ou por meio de uma reforma institucional.

¹³ Hugh. R. TREVOR-ROPER, *Historical Essays*, Londres, Macmillan & Co Ltd., 1957, pp. v-vi.

¹⁴ Veja-se René J. BARENDSE, “VOC mercantilism and Kerala traders, 1663-1703”, in *Moyen Orient & Océan Indien*, VII, 1990, pp. 103-135.

¹⁵ Cf. *The Merchant-Warrior Pacified. The VOC (Dutch East India Company) and its Changing Political Economy*, Delhi, Oxford University Press, 1994, pp. 169-172.

¹⁶ Os lucros comerciais da VOC na Ásia diminuíram desde 1692 até 1780, enquanto os prejuízos subiram com resultados negativos desde 1689; cf. J. P. DE KORTE, *The Annual Accounting in the VOC Dutch East India Company*, traduzido para inglês por L. F. Van Lookeren Campagne-de Korte, Amsterdão, NEHA, 2000, pp. 50-51.

¹⁷ Na realidade o registo de anos deficitários era maior, chegava até 1684, ou seja um total de sessenta-e-cinco anos, cf. p. 64.

Dáí que a VOC lançasse mão de todos os meios para encontrar fontes alternativas de receitas, como a cobrança de direitos ligados à exploração agrícola e sobre aldeias, impostos sobre produtos como o tabaco, venda de “passes”, o equivalente dos cartazes portugueses, e procurando aumentar a base das pessoas colectáveis: como a tentativa do governador Senff reivindicar a cobrança de direitos sobre o bazar canarim e o templo de Mattanchery (cf. p. 84) e que a administração de Angelbeek tenha assinado numerosos tratados com rajá de Cochim a respeito da jurisdição da companhia sobre os cristãos do seu reino para lhes cobrar impostos (cf. p. 87). Não deixa de ser curioso, ou nem tanto para quem conheça a história financeira do Estado da Índia, que os portugueses lançaram mão dos mesmo meios para suprir a diminuição das fontes de receita tradicionais, sobretudo as de origem comercial, a partir do início do século XVII. Singh poderia ter visto isto e estabelecido comparações interessantes caso tivesse lido a obra de Sanjay Subrahmanyam sobre o império português na Ásia que está disponível em inglês¹⁸. Voltaremos a esta ausência mais tarde.

Em qualquer dos casos o resultado ficou sempre aquém das expectativas, ou então as despesas continuaram a subir, como se pode comprovar pela necessidade de aumentar a base colectável mediante acordos políticos expeditos como os referidos atrás. Para piorar as coisas, a VOC não estava em condições financeiras e militares de impor a política desenvolvida por Jong e Weyerman entre 1756-1764 de aumentar a jurisdição neerlandesa sobre terras e aldeias malabares, porque eventualmente poderia detonar um conflito regional cujo desenlace não estava assegurado a favor da companhia, tanto mais que Batávia tinha presente a derrota de Colachel (1741) e o subsequente desastroso tratado de Mavelikara que fora forçada assinar com Travancor em 1743. Mais, Batávia também tinha presente que a recente política do governador de Ceilão Jan Schreuder (1757-1761) de exigir a prova de propriedade nas “terras baixas” produtoras de canela, similar de resto à que Jong aplicara no Malabar (cf. pp. 74-75), ocasionara um levantamento dos colectores da casca do cinamomo em 1758 que constituíra o rastilho que ateou o posterior conflito da companhia com o reino de Candia [Kandi], cujo monarca apoiou abertamente os insurrectos a partir de 1760 numa guerra que se prolongou até 1766¹⁹.

Por isso a autora não entende que a substituição de Weyerman por Cornelis Breekpot (1764-1768) em Cochim, durante o governo-geral de Van der Parra (1761-1775), curiosamente um “castiço” de Colombo²⁰, poderia significar evitar uma nova aventura militar quando a VOC estava envolvida numa guerra com o rei de Candia Kirti Sri Rajasinha (r. 1747-1782) e se temia que uma eventual intervenção dos ingleses desequilibrasse o conflito a favor dos singaleses²¹. Descarta-se assim a tese simplista de Breekpot ter sido enviado para pôr fim à política que Weyerman instituíra à revelia de Batávia, bem como o seu comércio privado feito às expensas da companhia. É que para Van der Parra a canela singalesa era muito mais importante para as receitas da VOC que a pimenta malabar²².

¹⁸ *The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History*, Londres, Longman, 1993, de que há tradução portuguesa, *O império asiático português: uma história política e económica*, Lisboa, DIFEL, 1996.

¹⁹ Chandra Richard da SILVA, *Sri Lanka A History*, (4.^a edição), Nova Delhi, Vikas Publishing House, 1991, p. 133.

²⁰ Veja-se, *The Dutch Encounter with Asia 1600-1950*, editado por Kees Zandvliet, Amsterdão/Zwolle, Rijksmuseum/Wanders Uitgevers, 2002, pp. 84-85.

²¹ K. M. de SILVA, *A History of Sri Lanka*, (1.^a edição Penguin Books India 2005), Colombo, Vijitha Yapa Publications, 2008, pp. 212-214.

²² Veja-se, entre outros, Femme S. GAASTRA, *The Dutch East India Company. Expansion and Decline*, Zutphen, Walburg Pers, 2003, pp. 133-134, especialmente o gráfico na página 134 onde se vê a redução do peso da pimenta no cômputo geral das exportações da VOC para a

E não se pode entender a acção de Breekpot como alguém que seguiu cegamente as ordens de Batávia só porque parou com a política de viragem para a terra dos seus antecessores, como o parece fazer Singh (cf. pp. 77-83), dado ter entendido que esta seria nociva para a companhia naquele momento. Mas o mesmo governador do Malabar, acusado pela autora de ser um mero *factotum* de Van der Parra, percebeu que era estrategicamente importante para Cochim manter Coulão, o que fez apesar de ter recebido instruções para a abandonar.

O Malabar era, assim, periférico e sacrificável para Batávia a partir do governo do barão Van Imhof (1743-1750). Nem mesmo a pimenta malabar constituía razão suficiente para inverter a política seguida, tanto mais que, como a própria Singh escreve (cf. p. 59), em 1763 o relatório de Jan Schreuder reconhecia que EIC comprava quatro vezes mais pimenta no Malabar que a VOC. Aliás, o trato da pimenta constitui outro exemplo de falta de perspectiva e de vontade de aprofundar o tema em si. Só tardiamente se fica a saber claramente qual é a posição de Anjana Singh quanto ao declarado “monopólio” da VOC sobre a pimenta malabar. Por um lado historia a questão remontando ao projecto de Van Goens em 1663 (cf. pp. 16), declara que a meados de Setecentos a companhia continuava a proclamar o seu exclusivo sobre a piperácea na região (cf. p. 20) e reforça esta visão páginas mais à frente, embora reconheça que o Malabar apenas ocupava o terceiro lugar entre os centros fornecedores de pimenta à VOC, a seguir a Bantão²³ e a Palembang²⁴ (cf. pp. 56-57), mas só posteriormente reconhece que o monopólio foi um desiderato jamais atingido (cf. p. 62). O realismo peca por tardio, tal como reconheciam alguns relatórios internos da companhia como o já mencionado de Jan Schreuder (1763), pelo que o monopólio era uma mera ficção política, conforme se depreende das concessões que a VOC faz no Malabar para continuar a ter acesso à pimenta.

Um pouco mais de leitura ter-lhe-ia feito bem, a começar por tentar descortinar o mecanismo subjacente às compras, também importante do ponto de vista social pelos contactos que os intermediários locais, onde avultavam os judeus entre outros, tinham com os funcionários da companhia, laços privilegiados usados por estes para o seu trato particular. Caso tivesse lido um artigo de Jan Kieniewicz²⁵, veria que a produção diminuiu na zona sul do Malabar onde Cochim se encontrava, o que segundo o historiador polaco teria sido o possível motivo que levou Travancor sob Martanda Varma (r. 1729-1758) a declarar o monopólio sobre a sua compra e venda²⁶. O que explica o papel preponderante de Alleppey como o empório malabar por excelência do século XVIII e a secundarização de Cochim em todo o processo. Nem mesmo o novo tratado de Mavelikara (1753) assinado com Travancor melhorou o acesso da VOC à pimenta malabar. A este respeito Singh permanece ambígua, pois se num primeiro momento afirma que melhorou o fornecimento da pimenta à companhia (cf. p. 53), posteriormente cita um relatório interno de 1756, ou seja tão-só três anos após a assinatura do acordo, onde se reconhecia a incapacidade da VOC em obter mais quantidade de especiaria por causa da concorrência movida por britânicos e franceses na região, justamente por estarem dispostos a pagar preços mais

Europa entre o terceiro quartel do século XVII e c. 1740, tendo passado de um total de 29% para 11%, enquanto as especiarias de luxo, das quais a companhia detinha o “monopólio” de distribuição ao controlar as zonas de produção, sendo por isso mais importantes em termos de receitas, manteve quase o mesmo nível, em 1668-1670 representavam 28,5% e desceram para 23,5% em 1738-1740.

²³ Banten, na ponta ocidental da ilha de Java, a 6°02'S e 106°09'E.

²⁴ Palembang, na ilha de Sumatra, a 2°59'S e 104°45'E.

²⁵ “Pepper gardens and market in Precolonial Malabar”, in *Moyen Orient & Océan Indien*, 3, 1986, pp. 1-36.

²⁶ Cf. Jan KIENIEWICZ, *art. cit.*, pp. 7-8.

elevados que os fixados pelos neerlandeses nos seus tratados com os soberanos malabares (cf. p. 59). Em que ficamos?

A leitura de Kieniewicz poder-lhe-ia fornecer mais dados a respeito de uma das consequências do pagamento de um preço político pela pimenta, a sua má qualidade²⁷, o que explicaria que a companhia vendesse a especiaria malabar preferentemente no mercado asiático entre 1750 e 1783, facto referido por Singh de forma desenquadrada do contexto (cf. pp. 59-60). A medida visava arranjar dinheiro na Ásia por meio da venda de mercadorias como a pimenta em Batávia, onde entre os seus clientes se contavam os portugueses de Macau²⁸, já que a linha política da companhia sempre foi de centralizar as vendas no empório batavo em detrimento dos demais entrepostos. O que explica que o plano do governador-geral Jacob Mossel (1750-1761) de transformar Cochim num porto-livre em 1758, a fim de captar o tráfego marítimo e as fontes de metais preciosos perdidos com o encerramento da feitoria de Bandar-e 'Abbās, tenha sido recusado; assim como o projecto similar defendido mais tarde pelo governador Senff em 1768, factos que a autora refere (cf. p. 154) sem ver o enquadramento e as suas implicações.

Dada a sua incapacidade de financiar as compras de especiarias mediante a injeção de mais capital, a VOC preferiu continuar a apostar, tal como fizeram os seus “antecessores” portugueses, na compra de pimenta malabar a um preço político, sabendo de antemão que os monarcas da região com quem tinha assinado acordos jamais cumpriram a parte relativa à supressão do “contrabando” para a Costa da Pescaria, como ocorrera ao Estado da Índia. Repare-se que a própria companhia acabava por adquirir a especiaria em Tutucorim²⁹. Tratava-se de uma fragilidade financeira da VOC e da sua necessidade de compromisso político, pelo que não há bases sólidas para substanciar a afirmação feita por Anjana Singh de que caso a companhia pagasse pela pimenta o seu preço de mercado, como o fazia a EIC, e introduzisse mais meios navais e terrestres para debelar o comércio “ilegal”, teria condições de comprar mais especiaria e aumentaria os seus lucros no Malabar (cf. p. 68). É que o lucro, ao contrário do que parece apostada em afirmar, não estava assegurado, longe disso. O fornecimento por via de Travancor podia ter melhorado pontualmente após 1753³⁰, mas o preço da pimenta na Europa não cessava de diminuir³¹. Como resultado a VOC achou aconselhável virar-se para o comércio dos têxteis e do açúcar, facto mencionado pela autora na mesma página (cf. p. 68), mas este trato seria abandonado pela companhia em 1759 justamente por falta de capacidade de competir em mercado aberto³².

Não se trata de uma má-vontade infundada e entranhada da parte de Batávia para com os projectos reformistas elaborados em Cochim como volta e meia Singh insiste,

²⁷ Jan KIENIEWICZ, *idem*, pp. 23-24.

²⁸ Veja-se George Brian SOUZA, *A sobrevivência do império: os portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 179-186.

²⁹ Tuticorin, também grafado hodiernamente Thoothukudi, fica a 8°48'N e 78°08'E.

³⁰ Veja-se Om PRAKASH, *The New Cambridge History of India*, vol. II-5, *European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1998, pp. 305-307.

³¹ Veja-se Kevin H. O'ROURKE e Jeffrey G. WILLIAMSON, “After Columbus: Explaining Europe's Overseas Trade Boom, 1500-1800”, in *The Journal of Economic History*, vol. 62-2, Junho 2002, pp. 446-450. A pimenta assegurava uma fatia cada vez menor nas exportações europeias para a Europa, cf. Om PRAKASH, *op. cit.*, pp. 116-117 para a VOC e pp. 121-122 para a EIC. Dados para a Compagnie des Indes francesa disponíveis em Philippe HAUDRÈRE, *La Compagnie française des Indes au XVIII^e siècle*, (2.^a edição revista e aumentada), tomo I, Paris, Les Indes Savantes, 2005, p. 291, onde refere que os totais declinam a partir de 1750 (cf. nota 207).

³² Ashim DAS GUPTA, *Malabar in Asian Trade, 1740-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1967, pp. 79-82.

mas sim de um realismo político que sabe com que meios pode contar à hora de tomar decisões. Muito antes de 1784, ao contrário do que refere a autora (cf. p. 71), o declínio da VOC no Malabar era perceptível para quem o queria ver, de que as sucessivas acomodações que a companhia foi fazendo com Travancor e depois com Maiçur eram uma simples amostra. Veja-se que a meados de Setecentos a companhia não conseguia assegurar a segurança dos seus barcos no litoral malabar, conforme o reconhecia em 1755 o caixa de uma armação particular portuguesa de passagem por Cochim³³. A conjuntura internacional, resultado da internacionalização dos conflitos europeus em mares asiáticos no período posterior à Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748), apenas acelerou o processo de decadência e acentuou uma situação muito periclitante. A companhia não estava em posição de se imiscuir militarmente nos assuntos malabares e do sul da Índia a fim de aplicar o seu putativo “monopólio”. Mas nem mesmo no auge do seu imperialismo a finais do século XVII, a VOC conseguiu debelar a concorrência no Malabar, como aconteceu em 1687 quando decidiu aplicar, sem êxito acrescente-se, a política de *extirperen* [arrancar] os arbustos produtores de canela-do-mato que cresciam em liberdade nos contrafortes dos Gates para reforçar a sua revenda de canela singalesa³⁴. Se não teve êxito então, tê-lo-ia muito menos numa altura em que lutava com falta de meios como ocorria na segunda metade de Setecentos.

Claro que a matéria mencionada atrás é acessória ao tema central da tese, que trata de história social e não da económica, mas não deixa de ser sintomático da perspectiva geral usada. Embora o grosso da parte expositiva se centre no terceiro capítulo, intitulado significativamente “O mundo social de Fort Cochin” (cf. pp. 91-145), Anjana Singh trata de aspectos sociais um pouco por toda a dissertação, a começar logo pela caracterização de Cochim na primeira metade do século XVIII. Para tal retira materiais quantitativos e qualitativos de uma tese apresentada em Leida em 1992 da autoria de Marianne Wolff, a qual já fazia referência à existência de uma comunidade mestiça em Cochim³⁵. Mais, Singh beneficiou da existência de estudos sociais sobre a miscigenação noutros centros urbanos neerlandeses na Ásia, como Batávia³⁶ e Colombo³⁷ entre outros, com os quais poderia e deveria ter estabelecido proveitosas comparações. Aliás o tema da criouliização do império parece estar em voga nos Países Baixos, como se depreende pelo recente livro de Ulbe Bosma e Remco Raben³⁸, ao qual Singh por razões óbvias não teve acesso, mas serve para enquadrar a sua tese num panorama historiográfico dos meios académicos neerlandeses.

Enquadrar, mais uma vez, parece ser o problema da autora, já que inicia o mencionado capítulo referindo a influência da terminologia social portuguesa no sistema

³³ “Carta de Pierre Philippe Rocquefeuil para Feliciano Velho Oldenburg”, Cochim, 13.02.1755, in *British Historical Society of Portugal*, (Carcavelos), Gallwey Papers, “Copie des lettres de Mr. Rocquefeuil”, pp. 1-2.

³⁴ Cf. René BARENDSE, *art. cit.*, p. 129, retomado em *The Arabian Seas. The Indian Ocean World of the Seventeenth Century*, Armonk, Nova Iorque, An East Gate Book, 2002, p. 396.

³⁵ Marianne WOLFF, *Cochin: Een Mestiese samenleving in India*, tese de mestrado apresentada na Universidade de Leida em 1992.

³⁶ Vejam-se os estudos clássicos de Leonard BLUSSÉ, *Strange Company. Chinese settlers, mestizo women and the Dutch in VOC Batavia*, (2.ª edição), Dordrecht/Providence, Foris Publications, 1988; Jean Gelman TAYLOR, *The Social World of Batavia: European and Eurasian in Dutch Asia*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1983.

³⁷ Remco RABEN, *Batavia and Colombo: The Ethnic and Spatial Order of Two Colonial Cities, 1600-1800*, dissertação apresentada na Universidade de Leida em 1996.

³⁸ Foi publicado posteriormente à sua defesa de tese (2007), cf. Ulbe BOSMA e Remco RABEN, *In the Indies: A History of Criolisation and Empire, 1500-1920*, Singapura, National University of Singapore, 2008.

empregue pelos neerlandeses para classificar a sociedade em Cochim. Para o efeito Singh cita a obra clássica de Charles R. Boxer, *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*³⁹(cf. p. 92, nota 4). Sem deixar de consultar o livro de Boxer, datado a motivo da polémica subjacente à sua publicação, Singh teria beneficiado se tivesse usado a história do império português na Ásia da autoria de Sanjay Subrahmanyam, onde para além da investigação e das reflexões do historiador indiano estava sintetizado o que de melhor se produziu sobre o império português na Ásia nos últimos decénios⁴⁰. Tal complementaria a leitura da obra de Pius Malekandathil sobre Cochim⁴¹, já que a autora não consegue ler português e, por isso, ficou-lhe vedada a obra de José Alberto Rodrigues da Silva Tavim sobre a comunidade cristã-nova e judaica local⁴². Este último livro ter-lhe-ia sido benéfico para entender certas continuidades, mormente o papel de intermediários desempenhado pelos judeus, com destaque para a família Rahabi.

Ora Singh parte de uma definição social que não era universalmente aplicada no Estado da Índia, retirada de um relatório feito pelo jesuíta Alessandro Valignano em 1579, especificamente do capítulo interessantemente dedicado a saber quem na Ásia seria elegível ou não para entrar na Companhia de Jesus⁴³. Ao contrário do que cita a autora na esteira de Boxer (cf. p. 92), Valignano estabelece quatro tipologias para os que nasceram na Índia pela seguinte ordem:

- 1) “naturales de la tierra” (asiáticos);
- 2) “mestiços que son hijos de portugueses y de natural”;
- 3) “castiços que son hijos de portugueses y mestiça”
- 4) “o portugueses porque nacieron de padre y madre portugueses” (descendentes?).

Ao que Valignano acrescenta “los moços que nacieron y vinieron de Portugal”, ou seja os reinóis, o que perfaz cinco categorias no total e não quatro. Note-se que o sentido de castiço, a arripio da definição apresentada por Singh (cf. p. xix, 92), não é unívoco no caso português⁴⁴ nem no neerlandês, dado que a própria autora fala de uma categoria que aparece exclusivamente em Cochim em 1790, a de “castiço branco” (*wite castizo*), cuja origem não descortina (cf. pp. 92-93). Poderá tratar-se de uma reivindicação dos “descendentes” neerlandeses de pura cepa europeia que se querem distinguir de outro grupo que se diz “castiço”, mas que na realidade será fruto do casamento de europeus e de mestiças, ou de “descendentes” com mestiças”. Ou esta novidade social virá simplesmente da con-

³⁹ Cf. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1977, pp. 64-65 para a citação em causa.

⁴⁰ Especialmente os capítulos VIII e IX, cf. *O império asiático português, 1500-1700*. Uma história política e económica, pp. 306-379.

⁴¹ Pius MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochim and the Maritime Trade of India, 1500-1663*, Nova Delhi, Manohar, 2001.

⁴² José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Judeus e cristãos-novos de Cochim. História e memória (1500-1662)*, Braga, Edições APPACDM, 2003.

⁴³ Cf. “Sumario de las cosas que pertenecen a la Provincia de la Yndia Oriental y al gobierno della, compuesto por el padre Alexandro Valignano, visitador della, y dirigido a nuestro Padre General Everardo Mercuriano en el año de 1579”, in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, editado por António da Silva REGO, vol. 12 (1572-1582), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, pp. 577-581.

⁴⁴ Diga-se, em abono da verdade, que Anjana Singh segue as autoridades, pois tanto Dalgado (cf. *Glossário Luso-Asiático*, s.v.) como Yule e Burnell (cf. *Hobson-Jobson*, s.v. [castees]) registam exactamente o termo “castiço” como sendo filho de pais europeus nascido na Ásia, que no caso português perdeu uso a favor de “descendente”.

centração em Cochim da população evacuada de outros estabelecimentos da VOC que entretanto fecharam ou foram vendidos no Malabar, como Cranganor?

Qualquer uma das explicações faria sentido ou uma conjunção das duas. A primeira faria mais sentido, particularmente numa altura de crioulização do império neerlandês e do maior peso dos “castiços puros” na estrutura política da VOC na Ásia. Tanto mais que Sebastião Rodolfo Dalgado fornece uma pista suplementar ao mencionar que o linguista alemão Hugo Schuchardt afirmara que, em alemão e neerlandês, o termo significa os filhos de casamentos entre europeus e mestiços⁴⁵. Ora a autora em anotação a esta categoria (cf. p. 253, nota 6) acaba por citar duas obras dedicadas ao estudo das sociedades de Gale e Batávia onde o étimo “castiço” tem justamente o significado que anunciámos⁴⁶. Não teria sido aconselhável seguir esta pista e aprofundar mais o significado das categorias sociais usadas? Pensamos que sim.

De regresso a estas, Anjana Singh assinala com pertinência que os termos portugueses citados atrás partem de premissas geográficas e étnicas, que de resto os autores neerlandeses e a VOC usaram, mas cabe acrescentar que há outras no caso do Estado da Índia. Bastava-lhe ler a obra de Sanjay Subrahmanyam para perceber que os cronistas e autores quinhentistas e seiscentistas empregavam conceitos operativos sociais sob um prisma político, ou seja, das relações que os indivíduos mantinham com o Estado⁴⁷, categorias essas que se foram afinando em resultado da miscigenação e da aculturação à medida que passavam os anos, até integrar uma visão abrangente do ponto de vista político, geográfico, étnico e religioso⁴⁸. Tanto no Estado da Índia como na VOC a descrição, caracterização e hierarquização da sociedade obedecia a um “sistema” complexo que podia variar consoante o autor, o objecto em consideração e a época em que era feita. É certo que a autora faz referência às diversas tipologias empregues pela VOC e os seus funcionários para categorizar a sociedade “holandesa” e com quem a companhia entrava em contacto (cf. pp. 95-96), mas teria sido preferível uma digressão diacrónica para se ver a evolução da sua aplicação a fim de descobrir o progresso dos matizes.

Tal ter-lhe-ia facilitado a leitura dos dados quantitativos apresentados em tabelas e retirados na sua maioria da tese de Wolff. A começar pela tabela que compara os moradores de Fort Cochin entre 1760 e 1790 (cf. p. 93). Como explicar neste caso a súbita contracção da população mestiça local entre as duas datas, a qual passou de um total de 415 pessoas em 1760 para 180 em 1790, ou seja uma diminuição de quase dois terços e que foi contemporânea da explosão dos célebres “castiços brancos” no último ano em apreço. Será que não há dados intermédios ou anteriores? Caso houvessem dados anteriores a 1760 na tese de Marianne Wolff seria interessante pegar neles a fim de descobrir se há oscilações tão acentuadas e se estas são o fruto de uma população flutuante, ou de qualquer outro fenómeno. Se o leitor tiver presente a tabela do número de funcionários da VOC (excluindo os embarcados) existentes em Cochim entre 1750 e 1788 (cf. p. 107), verá grandes oscilações anuais entre o mínimo histórico de 428 pessoas registado em 1751 e o máximo de 867 em 1782, o qual poderia fornecer uma explicação em falta.

Depois confessamos uma certa perplexidade que feita a opção das categorias sociais (europeus, castiços, mestiços, indígenas), Anjana Singh não as volte a utilizar quando esmiuça a composição quantitativa dos agregados familiares (cf. p. 97), nem quando

⁴⁵ Cf. *Glossário Luso-Asiático*, s.v.

⁴⁶ Tratam-se respectivamente de Lodewijk WAGENAAR, *Galle: VOC-vestiging in Ceylon*, Amsterdão, Bataafsche Leeuw, 1994, p. 48; e de Jean Gelman TAYLOR, *The Social World of Batavia*, p. xix.

⁴⁷ Categorias como “casado” ou “casado morador”, “soldado”, “religioso”, “funcionário”, “arrenegado”, “alevantageado ou lançado”, “chatim ou solteiro”.

⁴⁸ Cf. Sanjay SUBRAHMANYAM, *O império asiático português, 1500-1700*, pp. 305-379 *passim*.

refere a origem geográfica dos quadros recrutados pela VOC existentes em Cochim (cf. p. 105). Assim, ficamos sem saber como se distribuíam as categorias escolhidas em termos económicos, um factor importante à hora de saber qual o potencial peso reivindicativo de cada grupo social junto do seu empregador, sobretudo quando este hierarquizava os agregados por três tabelas de rendimentos (até 400 rijksdaalder, de 400 a 2.000 rijksdaalder, mais de 2.000 rijksdaalder) (cf. p. 98).

Embora seja indiscutível o aumento do peso do pessoal da companhia recrutado *in loco* ao longo do século XVIII (cf. pp. 104-107), alcançando a cota máxima de 40,41% em 1785 (cf. p. 105), a autora não explicita o conceito de “quadros qualificados” para saber se houve uma verdadeira revolução social no Malabar, visto que estes ultrapassam os três quartos dos efectivos (76,74%) em 1785 (cf. p. 105), ou se tal foi o reflexo de uma diminuição do número de europeus disponíveis para a função tendo a conta o declínio e a posição periférica de Cochim. Partindo dos números apurados por Bruijn e Gaastra nota-se que a diminuição da emigração “neerlandesa” para a Ásia foi posterior a 1770, depois de ter atingido o auge durante o decénio anterior⁴⁹, pelo que seria necessário arranjar uma explicação convincente que passaria exactamente pelo desinteresse dos emigrantes europeus pelo Malabar face a destinos mais atractivos como Java e o Ceilão.

A criouliização ou miscigenação, conforme afirma Anjana Singh, é um dado irrefutável ao longo do século XVIII, embora a população intramuros de Cochim tenha sido sempre oscilante. Repare-se que, segundo os dados fornecidos por Marianne Wolff, houve uma diminuição populacional na primeira metade do século, seguida de uma recuperação, pois por volta de 1760 o número total dos habitantes ultrapassava o registado em 1700. Mas curiosamente o total de lares existente em Cochim intramuros diminuiu após 1700 e jamais recuperou o número assinalado para esse ano. Porquê? E como se repercutiu este fenómeno na malha urbana? Infelizmente a autora não nos dá respostas

População de Fort Cochim (1700-1790)

Anos	Lares	Total população	Escravos %
1700	371	1.994	—
1730	208	1.682	—
1760	206	2.040	1.275 (62,5%)
1790	241	2.317	1.299 (56,1%)

Fonte: Anjana SINGH, *Fort Cochim in Kerala, 1750-1830*, pp. 35, 93, 97.

O outro dado interessante assinalado por Singh é o peso desmesurado do elemento servil (cf. p. 97), cujo número não cessou de crescer apesar de diminuir o seu peso no cômputo geral dado o aumento dos habitantes. Trata-se de um fenómeno tipicamente neerlandês, pese a autora não ter estabelecido comparações com outros estabelecimentos da VOC quando o podia e devia ter feito. Um artigo de Markus Vink com informação para

⁴⁹ Os totais conhecidos da emigração “holandesa” para a Ásia por década são: 1750-1760, 52.000; 1760-1770, 57.300; 1770-1780, 47.100; 1780-1790, 42.200; 1790-1795, 13.000. Os dados foram retirados do artigo de Femme S. GAASTRA e J. R. BRUIJN, “The Dutch East India Company's Shipping, 1602-1795, in a comparative perspective”, in *Ships, Sailors and Spices. East India Companies and their Shipping in the 16th, 17th and 18th centuries*, editado por Jaap R. Bruijn e Femme S. Gaastra, Amsterdão, NEHA, 1993, p. 198, e foram obtidos tendo em conta o número de pessoas que saiu da Europa para a Ásia a bordo de navios da VOC menos as pessoas que fizeram a torna-viagem pelas embarcações da referida companhia.

alguns estabelecimentos da companhia no Índico entre 1673 e 1731, como Batávia, Cidade do Cabo, Cochim, Colombo, Amboino⁵⁰, Malaca⁵¹ e Macassar⁵², mostra uma realidade urbana marcada pelo peso desmesurado da população cativa em constante crescimento, com o perigo de revoltas que isso acarretava. A título de exemplo veja-se que Cochim, caso particular que nos interessa aqui, já registava valores superiores a 35% para o último quartel do século XVII⁵³. E desde então não parou de subir. A fim de encontrarmos paralelos para as urbes neerlandesas na Ásia, a nível da percentagem de escravos sobre a população total entenda-se, teríamos que nos deslocar para o continente americano ou africano, o que é significativo em termos da expansão europeia.

Assinale-se, para efeitos comparativos, que os centros urbanos portugueses tinham uma percentagem de habitantes servis bem menos numerosa. Desconhecem-se elementos concretos para Cochim, mas para Malaca, caso estudado por Luís Filipe Thomaz com dados parcelares, sabe-se que no início do período português em 1511 a percentagem de escravos andaria entre os 2,5% e os 5,5% para uma urbe que contava com 120.000 a 200.000 habitantes. Infelizmente falta-nos informação mais exacta para o início do século XVII, pois tão-só há referência aos casados portugueses, avaliados em cerca de 250 a 300 por volta de 1635, os quais possuíam uns 2000 cativos, ou seja uma média de sete a oito por casado. Este valor representava uma diminuição face ao que se conhecia para meados de Quinhentos, quando a média existente andava na casa dos seis a dez escravos por casado⁵⁴. Qual seria seu peso no cômputo global da população de Malaca em 1635?

Como esta atingiria por então um número inferior ao de 1511⁵⁵, pode-se especular que a percentagem dos cativos andaria quanto muito na casa dos 10%. Esta estimativa choca com o que se conhece para a Malaca sob a administração da VOC, cuja percentagem de escravos em 1678 já alcançava os 36,48% para atingir os 40,07% em 1682⁵⁶. Claro que nem todos os cativos mencionados no estudo de Vink eram residentes de longa duração, já que muitos estariam de passagem para zonas de “assentamento” em Batávia, Ceilão e no Cabo, no extremo meridional de África⁵⁷. Quanto a Cochim, a sua percentagem seria mais ou menos estável e os escravos dedicavam-se sobretudo a tarefas urbanas (cf. p. 99).

Mas o aspecto mais relevante da contribuição de Anjana Singh prende-se com a descrição da sociedade miscigenada que floresceu em Cochim, onde aparecem os topazes “portugueses”. Mau grado as tentativas da VOC impor uma sociedade segregada, usando o velho método de dividir para reinar e um tratamento diferenciado consoante a relação do indivíduo para com a companhia (cf. p. 115), as práticas sociais descritas com minúcia pela autora revelam o contrário. A sociedade “neerlandesa” deste porto malabar era o

⁵⁰ Ambon, localidade nas ilhas de Maluco [Maluku], a 3°42'S e 128°10'E.

⁵¹ Melaka, cidade na península malaia perto do estreito homónimo, fica a 2°11'N e 102°23'E.

⁵² Makassar, cidade situada na parte sudoeste da ilha de Celebes face ao estreito homónimo, a 5°08'S e 119°25'E.

⁵³ Markus VINK, “«The World Oldest Trade»: Dutch Slavery and Slave Trade in the Indian Ocean in the Seventeenth Century”, in *Journal of World History*, 14-2, 2003, pp. 148-149. Como foi publicado em 2003 estava disponível para Singh poder estabelecer comparações.

⁵⁴ Luís Filipe F. R. THOMAZ, “A escravatura em Malaca no século XVI”, in *Studia*, n.º 53, 1994, pp. 258-259, 284.

⁵⁵ Tendo em conta as condições económicas; cf. Paulo Jorge Corino de Sousa PINTO, *Portugueses e malaiois. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém*, Lisboa, SHIP, 1997, pp. 46-58.

⁵⁶ Cf. Markus VINK, *art. cit.*, p. 148.

⁵⁷ A este respeito veja-se Rik van WELIE, “Slave Trading and Slavery in the Dutch Colonial Empire: A Global Comparison”, in *New West Indian Guide/Nieuwe West-Indische Gids*, vol. 82, n.º 1 & 2, 2008, pp. 67-74, 79-88.

resultado de casamentos entre europeus e mulheres locais, tanto castiças como mestiças ou topazes (cf. pp. 98, 110). Repare-se como Anquetil Duperron, de passagem por Cochim entre Dezembro de 1757 e Janeiro de 1758, não deixou de assinalar vaidosamente como a sua presença no jantar oferecido pelo governador Jong atraiu “l’attention de mesdames les Hollandoises, moitié blanches, moitié noires, qui étoient à table”⁵⁸. Apesar da mistura não deixavam de ser “holandesas” aos olhos do francês.

Mas ao contrário da miscigenação portuguesa, cujas marcas identitárias passavam pelo uso do português como língua veicular e a prática do catolicismo, a mestiçagem neerlandesa em Cochim jamais conseguiu impor o neerlandês, dado utilizar o português no seu quotidiano e em documentos oficiais, para além de ter sido contaminada pela religião dos “papistas”. O calvinismo, apesar do patrocínio e das limitações impostas pela VOC no recrutamento de católicos (cf. pp. 110, 137-138), jamais conseguiu implantar-se com sucesso no Malabar. Os casamentos mistos, nem sempre bem vistos pela companhia mau grado o seu número (cf. p. 123)⁵⁹, foram os principais responsáveis pela existência de uma importante fatia de católicos intramuros, embora tal nunca tenha constituído um problema na sua relação com os vizinhos calvinistas (cf. p. 126). Ao todo Singh chega a enumerar seis tipos de matrimónios em Fort Cochin com base na origem geográfica e étnica dos nubentes (cf. p. 123)⁶⁰.

Conforme refere Anjana Singh, a sociedade que se construiu em Fort Cochin a partir de finais de Seiscentos foi o resultado do seu relativo isolamento no âmbito da presença neerlandesa na Ásia e da sua falta de contactos e intercâmbios com Batávia e a metrópole (cf. p. 113). É pena que a autora não tenha tido em conta mais vezes este tipo de perspectiva abrangente ao longo da sua análise pois ter-lhe-ia sido profícua. E, por exemplo, para ilustrar a intimidade dessa sociedade mista, europeia na rua mas criouliizada e informal no espaço privado (cf. p. 127), não teria sido possível explorar os dados fornecidos pelos testamentos e outras fontes para reconstruir o seu quotidiano, a sua vida material? Por altura da redacção da sua tese Anjana Singh dispunha de guias para tentar alcançar este desiderato, a começar pelo já mencionado livro de Leonard Blussé⁶¹, a par de outro mais recente sobre o mundo revelado pelos desenhos e aguarelas de Jan Brandes, obra essa que abre uma janela sobre a realidade que a autora procurava estudar e que aliás cita⁶². Outro tipo de informação consultada pela autora permitir-lhe-ia apresentar-nos os habitantes de Cochim inseridos nas ruas onde moravam e caracterizar estas tendo em conta as categorias sociais usadas por si. Pensamos que as fontes não lhe faltam, basta percorrer pelo apêndice 2 para ver que tal seria possível para 1792 pelo menos (cf. pp. 277-283). E do ponto de vista da iconografia a tarefa estava facilitada pois há mapas que mostram a malha urbana de Fort Cochin, a começar pelo de Baldaeus datado de 1672 e aqui reproduzido.

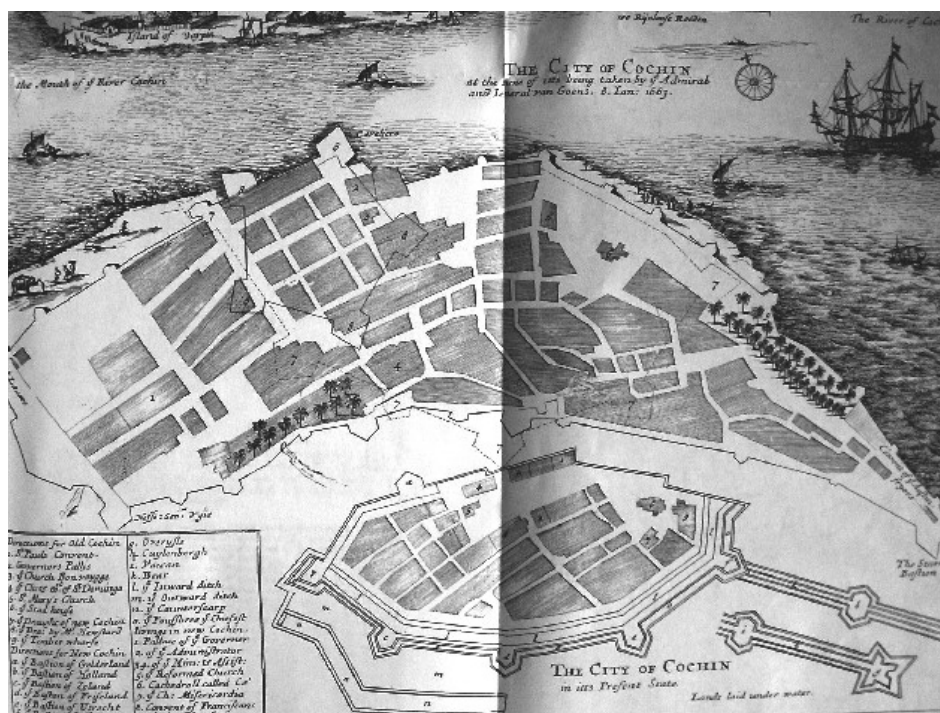
⁵⁸ Abraham Hyacinthe Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762. Relation de voyage en préliminaire à la traduction du Zend-Avesta*, editado com introdução, notas e bibliografia por Jean DELOCHE, Manonmani FILLIOZAT e Pierre-Sylvain FILLIOZAT, Paris, École Française d’Extrême Orient/Maisonnette et Larose, 1997, p. 200.

⁵⁹ Segundo os dados avançados por Singh, dos 372 casamentos registados em Fort Cochin, entre 1749-1768 e 1782-1802, 50% das mulheres e 33% dos homens que se casaram pela Igreja Reformada Holandesa eram católicos, cf. p. 124.

⁶⁰ Entre dois europeus, entre europeu e mestiça, entre europeu e indígena, entre mestiços, entre mestiço e indígena, entre dois nativos. Cabe perguntar onde estão os castiços neste quadro? Estarão compreendidos entre os europeus?

⁶¹ Veja-se Leonard BLUSSE, *Strange Company*, especialmente os capítulos VII e VIII.

⁶² Cf. Max de BRUIJN e Remco RABAN, *The World of Jan Brandes, 1743-1808: Drawings of a Dutch Traveller in Batavia, Ceylon and Southern Africa*, Zwolle/Amsterdão, Waanders Uitgeverij/Rijksmuseum, 2005.



A cidade devia ter sido melhor descrita e caracterizada do que o foi (cf. pp. 23-28), para explicar melhor o conceito da falta de um verdadeiro centro urbano, já para não falar da inserção de Cochin numa cadeia de urbes vizinhas que de alguma forma estavam interligadas e eram complementares. Podemos servirmos-nos de Anquetil Duperron como guia para Cochin em 1757-1758 a fim de vermos uma sucessão de centros urbanos dispersos, com palmeirais de permeio, que se estendem desde Fort Cochin até Tripunittura⁶³, o assento dos rájás locais, passando por Mattanchery⁶⁴ e a pequena Cochin com o palácio real construído pelos portugueses, seguidas de uma sucessão de bazares, o judeu branco, o judeu negro, o muçulmano, e por fim Palurte [Pallurutti]. O francês foi categórico ao afirmar que a antiga cidade de Cochin se espalhava por uma área mais vasta que a sua contemporânea, da qual ainda se podia calcular a grandeza pelos restos físicos que ainda havia de pé⁶⁵.

Não deixa de ser tentador deitar uma vista de olhos sobre a Santa Cruz de Cochin portuguesa para ver como a cidade encolheu após a conquista neerlandesa, naquele que é um padrão repetido pela VOC noutros aglomerados urbanos portugueses tomados pela companhia tanto no Malabar como em Ceilão. De resto, uma leitura da obra do pastor calvinista Philip Balde, mais conhecido sob a versão latinizada do seu nome, Philippus Baldaeus (1632-1672), mostra esta política aplicada pela companhia em Coulão e Colombo⁶⁶. Por comparação, a Fort Cochin neerlandesa era uma cidade muito mais

⁶³ Fica a 9° 57' N e 76° 20' E.

⁶⁴ Fica a 9° 57' N e 76° 15' E.

⁶⁵ Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762*, pp. 196-197.

⁶⁶ Philip BALDAEUS, *A True and Exact Description of the Most Celebrated East-India Coasts of Malabar and Coromandel and also of the Isle of Ceylon translated from the High-Dutch printed*



Para além da sociedade intramuros Anjana Singh valoriza a obra com uma breve incursão social nas zonas circundantes de Cochim, tanto na “cidade indígena” (Mattanchery) como na vizinha ilha de Vaipim⁶⁸. Esta parte é especialmente interessante para os historiadores portugueses dado retratar aí a sociedade malabar mais tocada pela presença lusitana. Embora convenha acrescentar que havia pessoas com nomes portugueses intramuros, provavelmente mestiços e topazes ao serviço da VOC. Na mencionada lista de moradores de Fort Cochim em 1792 aparece um Pedro de Croes [Cruz], cidadão topaz morador na Ossestraat, literalmente a Rua do Boi, e mais à frente na Burgerstraat habitavam dois *vrijburgers* Joachim [Joaquim] de Silva e Roberto de Kroes [Cruz], uma topaz chamada Teresia [Teresa] Pereira, o soldado Fransisko de Kroes [Francisco de Cruz] e dois flautistas, Manuel de Kosta [Costa] e Achilles de Kroes [Aquiles de Cruz]. O rol de apelidos portugueses prossegue com os Rodrigo, Rosário, Correia, Queirós, Ferreira e Faria entre outros. Alguns ocupavam posições de relevo, como Ignatio Rodriguez [Inácio Rodrigues], capitão dos Cidadãos Negros, morador do lado ocidental da Prinsestraat e talvez aparentado a um Anthoni Rodrigues [António Rodrigues], também oficial dos Cidadãos Negros, mas na reserva, e residente no mesmo eixo viário.

⁶⁷ O mapa de Cochim português foi retirado do *Livro das Plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes. Contribuição para a história das fortalezas portuguesas no ultramar*, editado com um prefácio por Luís da SILVEIRA, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991, p. 88.

⁶⁸ Vaipi, ou Vypin, um ilha ao norte de Cochim, a 9°59'N e 76°14'E.

A noção do *zwarte burger* denota o topaz, incluindo tanto o do perímetro urbano como o dos arredores de Cochim, que por serem cristãos estavam sob a jurisdição da companhia desde 1663, apesar de serem católicos. Aquando da sua conquista pela VOC, a Cochim portuguesa teria uns onze mil habitantes, sendo assim mais populosa que a Fort Cochin sua sucessora. O número é o resultado da soma dos três mil moradores que partiram para Goa⁶⁹ e dos oito mil que ficaram para trás, dos quais quatro mil eram topazes⁷⁰. Tal cópia de gente assegurou a continuidade de uma porção da população que falava português e mantinha contactos com Goa por via dos missionários, apesar da VOC fazer os possíveis para impedir o proselitismo católico. O fracasso da companhia e a persistência do Padroado deu os seus frutos a longo prazo, nem sempre isentos de crises e de contestações até meados do século XIX⁷¹. Se a informação fornecida por Anquetil Duperron era a correcta, em 1758 haveria naquela costa cinquenta mil católicos, sem contar com os cem mil síro-malabares de obediência a Roma e os cinquenta mil síro-malabares “cismáticos”⁷². Mas qual seria o número efectivo de topazes “portugueses” em Cochim e arredores?

Faltam-nos dados concretos para meados de Setecentos, mas para finais do século uma estimativa da EIC elaborada em 1795 revelava a existência de doze mil cristãos entre “portugueses” e malabares, com três mil topazes a reivindicarem a sua herança portuguesa (cf. p. 177). Aparentemente o número de topazes tinha diminuído face a informações anteriores, sinal que podiam ter partido para outras paragens, como Verapólis um pouco mais ao norte⁷³, ou então tinham-se diluído entre a população de Fort Cochin. Numa sociedade como a indiana marcada pela filiação de pertença a um grupo e pela relação que este estabelece com os demais estamentos sociais, o parecer é tão ou mais importante que o ser, desde que a ficção seja bem vendida e aceite pelos demais. Servindo-nos sempre de Anquetil Duperron como guia, constatamos que os topazes de Cochim eram “nés de Portugais et des Noires [malabares] en mariage légitime ou en concubinage” e que andavam sempre “habillés à l’européenne”⁷⁴. Esta filiação era um dado aceite e divulgado entre todos os europeus presentes na Índia. Assinale-se como em 1743 o governador cessante do Malabar Julius Valentijn Stein van Gollennesse (1734-1742) os descreveu como sendo os antigos escravos forros dos portugueses ou os seus bastardos, os quais não só tomaram de empréstimo como mantiveram cuidadosamente o apelido e o carácter dos antigos amos⁷⁵.

⁶⁹ Sete naus holandesas e duas sumacas depositaram 3.000 habitantes de Cochim na barra de Goa, dos quais a maioria eram mulheres e crianças (2.600), os homens feridos ultrapassam os 100 e o resto era composto por religiosos seculares e regulares; cf. “Carta de António de Melo e Castro para D. Afonso VI”, Goa, 01.01.1663, in AHU, *Índia*, cx. [25] 44, doc. 147.

⁷⁰ Pius MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochin and the Maritime Trade of India, 1500-1663*, Nova Delhi, Manohar, 2001, pp. 77-78.

⁷¹ Para uma visão panorâmica veja-se Stephen NEILL, *A History of Christianity in India, 1707-1858*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

⁷² Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762*, p. 205.

⁷³ Varāppoli, a norte de Cochim e sede de uma diocese católica, a 10°06' N e 76°15' E.

⁷⁴ Anquetil Duperron, *ibidem*. E o francês acrescenta como a maior parte dos criados dos holandeses, ingleses e franceses na Índia eram topazes.

⁷⁵ “Memória sobre a administração da costa do Malabar composta por sua excelência o membro extraordinário do Conselho, governador eleito de Ceilão e governador cessante do Malabar Julius Valentijn Stein van Gollennesse para o seu sucessor o excelentíssimo comandante Reinicius Siersma no Ano da Graça de 1743”, in *Selections from the Records of the Madras Government, Dutch Records No. 13, The Dutch in Malabar*, traduzido, anotado e editado por A. GALLETTI, A. J. Van der BURG e P. GROOT, Madrastra, Government Press, 1911, p. 89 (doravante *The Dutch in Malabar*).

Nota-se da parte de Van Gollennesse um certo desprezo pelos topazes, talvez influenciado pela putativa ascendência portuguesa, que parece ter feito escola entre a elite administrativa da VOC. Um dos seus sucessores, Adriaan de Moens, repetiria em 1781 que os topazes eram os antigos escravos emancipados dos portugueses ou então o fruto da sua “mistura” com as nativas, tendo por isso preferido contá-los antes entre os “nativos”, i.e. fazia-os indianos, do que entre os estrangeiros, ou seja no seu ponto de vista não eram europeus. Tal como Van Gollennesse, Moens também escreveu que foram buscar o apelido aos seus antigos amos ou às velhas famílias portuguesas, para além de falarem um crioulo português e se vestirem à europeia, apesar de andarem descalços, e traziam na cabeça um barrete de linho branco e sobre este um chapéu⁷⁶. O facto de se trajarem à europeia servia para os distinguir dos restantes indianos e reivindicarem a sua ascendência portuguesa, embora mantivessem laços de convivência com as demais comunidades e servissem de medianeiros entre estes e os europeus. Aparentemente os topazes tiveram sucesso neste papel, uma vez que após 1663 reconstruíram o seu papel como intermediários da nova potência europeia a ocupar pontos-chave do litoral malabar: a VOC.

Aliás o topaz era isso mesmo, o medianeiro, pois o étimo dravídico *tuppāsi* significa “bilingue, interprete”, os quais seriam por natureza, embora não exclusivamente, os aculturados e os mestiços⁷⁷. Não por acaso Van Gollennesse fez menção do língua topaz Inácio Teixeira, um natural de Cochim que passou ao serviço dos franceses em Mahé e posteriormente regressou à protecção da VOC em 1742, acolhendo-se em Cananor mediante o perdão promulgado pela companhia para os desertores que quisessem voltar ao seu seio⁷⁸. Repare-se que há, em português, três significados para o termo topaz: o de “mestiço”, o de “cristão indígena” e o de “interprete”. Singh, contudo, só regista as duas primeiras, a do “indígena católico” e a do “mestiço católico que reclamava ascendência portuguesa” (cf. p. xix)⁷⁹. Do português a palavra passou às restantes línguas europeias com presença na Ásia, embora com ligeiras diferenças que mais não são que o fruto da evolução do seu significado. Nalgumas zonas, como no litoral noroeste, oeste e sudoeste de Timor, a documentação da VOC também chamava os *toepassen* [topazes] de *zwarte portugeezen* [portugueses escuros]⁸⁰.

Assinale-se que em Cochim também havia os *zwarte burgers*, ou seja os “cidadãos escuros”, alguns dos quais compunham uma milícia ao serviço da VOC. É que topaz também se tinha tornado sinónimo de “soldado nativo/mestiço”, sentido recorrente a partir do século XVIII, embora já fossem conhecidos antes neste papel militar⁸¹. Recorrendo mais uma vez à autoridade de Anquetil Duperron, o francês conta-nos como se deparou com dois topazes “ingleses” no Bengala e descreveu-os simplesmente como

⁷⁶ “Memória sobre a administração do Malabar apresentada por sua excelência Adriaan Moens”, 1781, in *The Dutch in Malabar*, p. 188.

⁷⁷ Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, s.v. A versão árica vem do sânscrito dvibhāṣya, “aquele que fala duas línguas”, que deu em português “dubaxi”, cf. *Glossário Luso-Asiático*, s.v.

⁷⁸ “Memória [...] Van Gollennesse”, in *The Dutch in Malabar*, p. 89. Van Gollennesse refere outro língua topaz, Domingos Rodrigues que estava ao serviço da EIC em Anjengo [Anjuthengu, a 8°40'N e 76°46'E], cf. pp. 89-90.

⁷⁹ Além do mais Anjana Singh grafa mal a palavra portuguesa, “tupas” (cf. p. xix).

⁸⁰ Cf. G. P. ROUFFAER, “Portugeezen (zwarte)”, in *Encyclopædie van Nederlandsch-Indië*, (2.ª edição), dirigida por D. G. STIBBE, vol. III (N-Soema.), Haia/Leida, Martinus Nijhoff/Brill, 1919, pp. 453-454. Na realidade “zwarte”, um adjectivo, significa literalmente “preto”, embora o sentido seja mais o de “pele escura” e não o africano, daí a opção pelo termo “escuro”.

⁸¹ Vejam-se os casos citados por DALGADO, *Glossário Luso-Asiático*, s.v. e por YULE e BURNELL, *HOBSON-JOBSON*, s.v. [Topaz].

“soldats noirs chrétiens, habillés à l’européenne”⁸². “Ingleses” neste caso queria dizer simplesmente que estavam ao serviço da EIC, porque havia a ideia generalizada de os fazer descender de portugueses. Veja-se ainda como outro francês, Jean-Baptiste Chevalier de seu nome e contemporâneo das aventuras indianas de Anquetil Duperron, referiu como entre os soldados que constituíam a guarnição de Dacca [Dhākā]⁸³ havia 20 topazes que mais não eram que “des soldats chrétiens descendus des anciens Portugais”⁸⁴.

Daí que posteriormente tenham feito derivar, erroneamente por acção parónima, o seu nome do turco *topakçı*, o “mosqueteiro, artilheiro”, por lidarem com armas de fogo, e outros procurassem ainda buscar a origem do termo “topaz” por utilizarem chapéu, *ṭopī* em hindustânico, sendo também conhecidos por *ṭopīwālā*, ou seja “os do chapéu”⁸⁵. Uma característica particular que Moens apontou como sua em 1781. Mas voltemos aos nossos topazes de Cochim dos quais a VOC era grande empregadora, recrutando-os especialmente como soldados (cf. p. 28, 33). A supracitada memória de Adriaan Moens apresentava uma força estacionada em Cochim composta por 450 topazes e enquadrados por um capitão, dois tenentes, quatro porta-bandeiras e outros suboficiais⁸⁶. Seria esta a guarda dos *zwarte burgers* comandada por Inácio Rodrigues a que alude o censo de 1792?

Provavelmente, uma vez que a VOC, como vimos, tinha tendência para os designar sob as duas formas. A questão é que anteriormente a documentação também faz menção de um corpo de lascars ao qual pertencia um certo tenente Matias Viveiros, que em 1754 assinou uma nota de dívida em português (cf. p. 135). Mas seria este Matias Viveiros topaz ou lascar? O problema dos apelidos portugueses usados indistintamente por estes dois grupos sociais é que nem sempre se pode descortinar a sua origem. Enquanto os topazes reivindicavam uma ascendência portuguesa, os lascars eram, como o reconhecia o memorial elaborado por Van Gollennesse em 1743, “nativos do Malabar, convertidos de todas as castas à fé papista pelos sacerdotes romanos”⁸⁷. Mais, os oficiais dos lascars podiam ser topazes, conforme apontam os nomes, como o do capitão Tomás de Brito, o comandante por volta de 1743 cujo alcoolismo constituía um problema que carecia resolução, tendo Van Gollennesse recomendado a sua substituição pelo tenente Francisco de Sousa⁸⁸. Havia assim, sob a bandeira da VOC, muitas etnias a prestar serviço militar, pois para além dos topazes ainda existiam soldados malaio em Cochim (cf. Apêndice 2).

Como todos os funcionários da companhia que terminavam o seu contrato, os topazes podiam continuar a habitar intramuros nos estabelecimentos da VOC como *vrijburgers*, como se pode comprovar pela lista dos moradores de Fort Cochin recenseados em 1792. Claro que as topazes também viviam dentro das muralhas sem serem necessaria-

⁸² Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762*, p. 120.

⁸³ A capital do Bangladesh, a 23°42'N e 90°22'E.

⁸⁴ Jean-Baptiste CHEVALIER, *Les aventures de Jean-Baptiste Chevalier dans l'Inde Orientale (1752-1765). Mémoire historique et journal de voyage à Assem*, texto estabelecido e anotado por Jean DELOCHE, Paris, École Française d'Extreme-Orient, 1984, p. 44.

⁸⁵ A este propósito veja-se YULE e BURNELL, *Hobson-Jobson*, s.v. [Topaz, Topee, Topeeewala]. Em tempos mais recuados o termo *ṭopīwālā* também designava os soldados persas ou mogóis, cf. John PLATTS, *A Dictionary of Urdū Classical Hindī and English*, (reimpressão da edição de 1884), Nova Delhi, Munshiram Manoharlal Publishers, 2000, s.v. [ṭopī]

⁸⁶ “Memória [...] Adriaan Moens”, in *The Dutch in Malabar*, p. 188. Tratava-se de um total recente, pois em 1780 os efectivos deste corpo de topazes não ultrapassavam 119 homens, dos quais 93 eram soldados, cf. p. 189, nota 1. O aumento era um sinal que a conjuntura política do Malabar se tinha deteriorado mais e que a VOC precisava de reforçar o seu dispositivo militar em torno de Cochim face a ameaças regionais (Travancor e Maiçur) e da EIC.

⁸⁷ “Memória [...] Van Gollennesse”, in *The Dutch in Malabar*, p. 90.

⁸⁸ “Memória [...] Van Gollennesse”, in *The Dutch in Malabar*, pp. 90-91.

mente casadas com os seus congêneres masculinos, mas como se viu a mobilidade social feminina dentro das sociedades europeias na Ásia era um facto adquirido no período pré-colonial. De resto, como a própria Anjana Singh escreve, as mulheres euro-asiáticas foram um factor social integrador dos europeus que chegavam a Cochim. Mas convivência não significava sempre apreço, pelo menos da parte de uma certa elite administrativa da companhia. Van Gollennesse primeiro e Moens depois acusaram-nos encobertamente de serem uns ingratos, pois tinham prosperado sob a protecção tolerante da companhia e nem mesmo assim se podiam fiar inteiramente da maioria deles. Aparentemente o factor religioso pesava à hora do julgamento dos administradores neerlandeses e da fidelidade dos topazes. Todavia, seria mesmo assim?

Van Gollennesse referiu que o seu catolicismo os fez mudar de bando quando um esquadrão naval francês demonstrara a sua força no litoral malabar por volta de 1739, pelo que atribuiu o seu desafecto e deserção à sintonia religiosa⁸⁹. Só que na realidade os melhores topazes, conforme reconheceu o memorial, desertaram porque pensaram que as companhias comerciais britânica e francesa ofereceriam melhores oportunidades que a VOC na fase de instalação de novas feitorias na região. O seu abandono não seria antes o reconhecimento do declínio holandês? Provavelmente, mas a sua partida para as feitorias das Companhias da Índias rivais apenas contribuiu para aumentar o desprezo generalizado que parece imperar no topo da administração neerlandesa a seu respeito. Em 1781 o memorial de Moens repisou os mesmo temas, sinal que o desafecto e saída dos topazes continuaria, já que o governador cessante sublinhou o seu fanatismo religioso, cuja superstição ultrapassava a de portugueses e espanhóis, a par da sua cobardia e falta de brio militar, pelo que nunca poderiam nem deveriam servir como soldados de primeira linha⁹⁰.

Contudo, não parece que este tipo de sentimento tenha influenciado os demais membros da VOC em Cochim quanto ao seu tratamento com os topazes, conforme se depreende do trabalho de Anjana Singh. Assinale-se que os topazes continuavam a ver na companhia o seu protector legal no quadro regional. Para além de quererem tirar partido do facto de serem intermediários naturais junto dos europeus, os topazes continuavam a fazer carreira na VOC e lucravam traficando. De resto, o fenómeno de atracção e mediação estendia-se aos demais centros europeus na Índia e parece ter-se acelerado durante o século XVIII. Veja-se o caso de Madrasta⁹¹, para onde os habitantes da vizinha São Tome de Meliapor⁹² se voltaram após a sua incorporação neste empório da EIC em 1753, aproveitando as suas redes próprias e dinamizando ainda mais as capacidades do seu porto⁹³. E como não podia deixar de ser, os topazes também afluíram às feitorias e fortalezas francesas, onde podiam tirar partido da afinidade religiosa a fim de serem recrutados para engrossar as guarnições da *Compagnie des Indes*⁹⁴. Não que os franceses

⁸⁹ “Memória [...] Van Gollennesse”, in *The Dutch in Malabar*, pp. 89-90.

⁹⁰ “Memória [...] Adriaan Moens”, in *The Dutch in Malabar*, pp. 188-189.

⁹¹ Também conhecida como Madras em inglês, actualmente Chennai, na costa do Coromandel a 13° 05'N e 80° 16'E.

⁹² Mylapore nos mapas actuais, antigamente a sul de Madrasta e hoje integrada na sua área metropolitana, a 13° 01'N e 80° 16'E.

⁹³ Sinnapah ARASARATNAM, “Merchants, Entrepreneurs and Intermediaries”, in *Maritime Commerce and English Power. Southeast India, 1750-1800*, Nova Delhi/Aldershot, Sterling Publishers/Variorum, 1996, p. 280.

⁹⁴ Veja-se Catherine MANNING, *Fortunes a Faire. The French in Asian Trade, 1719-48*, Aldershot/Brookfield (Vermont), Variorum/Ashgate Publishing, 1996, pp. 52-53.

tivessem melhor impressão das suas virtudes militares que os neerlandeses⁹⁵, mas neste ponto todos os europeus comungavam da mesma ideia, incluindo os portugueses.

Havia, de resto, certos valores que os europeus partilhavam a respeito dos topazes. Os franceses, por exemplo, também não os integraram na sociedade “branca”, ou seja europeia ou “castiça”, tal como fizera Moens. Só no século XIX é que os topazes conseguiram ser assimilados ao mesmo grupo que os mestiços nas colónias indianas da França⁹⁶. Viviam, por isso, marginalizados tanto pelos europeus como pelos indianos, embora servissem de ponte de contacto. Talvez não surpreenda que topazes e demais cristãos indianos que viviam intramuros em Pondichéry tivessem um campo santo distinto do dos franceses, ainda que ficasse no bairro de São Luís, uma das duas zonas “brancas” por excelência da cidade⁹⁷.

Mas ao contrário da sua relação com os funcionários da VOC, pelo menos em Cochim, a miscigenação de topazes com franceses parece ser mais baixa tanto numericamente como socialmente. Repare-se que a companhia francesa⁹⁸ só permitia o casamento de soldados com as topazes, ficando os oficiais barrados de o fazer por lei⁹⁹. A sua percentagem era, por isso, baixa, 34% segundo estimativas actuais, embora o concubinato com as topazes fosse tolerado em qualquer ponto da Ásia¹⁰⁰. Prova disto reside nos contratos de casamento, como o celebrado a 25 de Janeiro de 1755 entre o soldado bordalense Antoine de l'Ail e Catarina Moreira, filha de Joana Moreira e Inácio Fernandes. Acrescente-se que se tratava do segundo casamento da noiva, anteriormente consorciada com o cabo Damiens¹⁰¹.

Sublinhe-se a repetição de fenómenos e comportamentos sociais no relacionamento de topazes com europeus. Um destes eram os segundos casamentos das topazes, conforme ocorria no caso francês e no neerlandês, resultado prático do clima na taxa de mortalidade masculina entre os europeus e dos azares profissionais da vida militar. O outro caso eram os matrimónios dentro da mesma família, como parece ocorrer com duas mulheres de apelido Rodrigues, uma Rosa casada com Jean Le Brun que venderam a 21 de Fevereiro de 1755 a Natália (?) e ao seu esposo Jacques Brière a terça parte de uma casa situada ao norte do forte de Karikal¹⁰² por 28 pagodes¹⁰³. Aparentemente os neerlandeses eram mais abertos socialmente para se consorciar com mestiças e topazes, pois na documentação francesa há rasto do casamento entre um médico da VOC de nome Batteng e uma Natália Moreira, sem dúvida mestiça ou topaz. As coisas acabaram-se por compor na segunda geração, pois o filho de ambos, Pierre Batteng, nascido em Mergui¹⁰⁴ e mestiço, conse-

⁹⁵ Cf. Jacques WEBER, “La mosaïque pondichérienne”, in *Pondichéry, 1674-1761. L'échec d'un rêve d'empire*, direcção de Rose VINCENT, Paris, Éditions Autrement, 1993, p. 151.

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁷ Valérie BÉRINSTAIN, Claude SANDJIVY e M. T. C. TCHAKALOFF, “Naissance d'un style”, in *Pondichéry, 1674-1761*, p. 166.

⁹⁸ Cidade no litoral do Coromandel, Puducherry, a 11°55'N e 79°49'E.

⁹⁹ Por deliberação de 13.09.1743 a companhia francesa impôs aos seus funcionários e oficiais que deviam pedir uma autorização por escrito se queriam casar-se.

¹⁰⁰ Cf. Philippe HAUDRÈRE, *La compagnie française des Indes au XVIII^e siècle*, tomo II, pp. 594-595.

¹⁰¹ Cf. *Catalogue des manuscrits des anciennes archives de l'Inde Française Karikal 1739-1815*, tomo IV, publicado com uma introdução de Édmond GAUDART, Pondichéry/Paris, Bibliothèque Publique/Librairie Ernest Leroux, 1933, §3242, p. 22 (doravante *Catalogue des manuscrits*).

¹⁰² Localidade na costa oriental da Índia a 10°55'N e 79°50'E.

¹⁰³ *Catalogue des manuscrits*, § 3243, p. 22.

¹⁰⁴ A actual Myeik numa ilha no arquipélago homónimo no sul da Birmânia, mas que no século XVII e parte do XVIII pertencia ao Sião, a 12°26'N e 98°36'E.

guiu casar-se com uma europeia oriunda da Baixa Bretanha, Anne Mogy, a 9 de Maio de 1756¹⁰⁵. Uma promoção social em toda a escala. Tratava-se de um caso excepcional, como o da esposa de Joseph-François Dupleix, governador da Índia francesa (1742-1754), Joana Albert de seu nome, também ela filha de um cirurgião, mas da companhia francesa, e de uma topaz ou mestiça¹⁰⁶.

O paralelismo não é de estranhar, mau grado a especificidade dentro de cada presença europeia. Boa parte dos topazes buscava a protecção das potências europeias presentes na Índia, submetendo-se voluntariamente à sua jurisdição, ou seja aceitando as suas leis e tribunais. Os mestiços e topazes de Cochim ficaram automaticamente debaixo da alçada da VOC a partir de 1663 e acataram-na na sua vida diária com o que isso significava. Os que eram funcionários da companhia, por exemplo, tinham que pedir autorização para se casarem, para além de resolverem as suas disputas judiciais nos tribunais da VOC¹⁰⁷. Esta submissão à jurisdição de uma potência europeia também era aplicada nos estabelecimentos das demais Companhias das Índias, como no caso francês¹⁰⁸. Não deixa de ser interessante notar que, no exemplo neerlandês, os topazes e mestiços enquanto católicos viam barrada a sua entrada em escolas e instituições assistenciais, conforme aponta Anjana Singh (cf. pp. 139-143), mas continuavam a buscar o amparo da companhia. Tal ficou de manifesto na década de 1780 quando, no término de um conflito que os opôs ao rajá de Cochim, este expulsou cerca de 2.000 famílias topazes do seu reino e algumas procuraram abrigo detrás dos muros de Fort Cochin (cf. p. 133).

O paradoxo de uma contradição nunca resolvida, entre a aceitação social informal e miscigenação frente ao controlo institucional e à imposição de políticas restritivas, explica em grande medida o fracasso da disseminação do neerlandês como língua veicular e da missiologia calvinista no Malabar. Como resultado o português sobreviveu como língua de comunicação, que a própria VOC usava nos seus documentos oficiais, e o catolicismo prosperou, mau grado os conflitos que se registaram nas suas fileiras. Apesar deste quadro houve uma instituição da companhia que conheceu sucesso mesmo entre quem não era funcionário: o tribunal (cf. pp. 134-136). Trata-se de mais um exemplo onde Singh podia e devia ter ido mais longe, para além de citar uns quantos casos, nomes e etnias. A simples afirmação do interesse dos envolvidos não basta. O envolvimento de tantos não-neerlandeses nos tribunais da companhia tinha por trás a própria complexidade da vida comercial no oceano Índico durante o século XVIII, na qual as partes envolvidas procuravam resolver casos pendentes em tribunais “neutrais” pois os antigos sistemas de resolução de contencioso teriam deixado de ser eficazes. Seria, talvez, o reconhecimento da necessidade de obter uma justiça célere num mundo mercantil mais veloz e onde o direito comercial procurava uma formulação simples e consensual num século marcado por profundas alterações no relacionamento entre asiáticos e europeus¹⁰⁹.

Eis-nos chegados ao fim de uma revisão que vai longa. Em conclusão o livro de Anjana Singh cumpre com os seus objectivos, mas não entusiasma o leitor, nem explora os

¹⁰⁵ *Catalogue des manuscrits*, §3261, pp. 28-29. Batteng tinha sido capitão de um navio da companhia francesa e a sua união com Anne Mogy deve ter sido importante, pois esta morava com o capitão de Karikal, Pierre Porcher des Oulches, de quem devia ser pupila.

¹⁰⁶ Veja-se ROSE VINCENT, “Dupleix: une ambitieuse politique”, in *Pondichéry, 1674-1761*, pp. 126-127.

¹⁰⁷ “Memória [...] Van Gollenesse”, in *The Dutch in Malabar*, p. 89.

¹⁰⁸ Cf. Jacques WEBER, “La mosaïque pondichérienne”, in *Pondichéry, 1674-1761*, p. 151.

¹⁰⁹ Para uma visão panorâmica vejam-se os artigos reunidos em *On the Eighteenth Century as a Category of Asian History. Van Leur in Retrospect*, editado por Leonard BLUSSÉ e Femme GAASTRA, Aldershot, Ashgate, 1998; onde se procede a uma reavaliação da tese de Van Leur e se fornecem novas perspectivas.

dados apurados muito para além da sua simples constatação. Como ficou dito atrás, uma perspectiva mais abrangente teria enriquecido a sua visão e, conseqüentemente, beneficiado a tese, sobretudo em termos comparativos. Compreende-se que a autora não estava habilitada a fazê-lo para a época anterior, o Estado da Índia e a Cochim portuguesa, por desconhecer a língua, mas podia e devia tê-lo feito para a Fort Cochin face aos demais entrepostos da VOC, para os quais havia estudos e sabia neerlandês para explorar os arquivos. Tal só teria posto de relevo o trabalho de Singh e o esforço despendido na elaboração da dissertação. Por estranho que possa parecer, as críticas manifestadas são sintomáticas do apreço da obra em causa e, mais do que isso, das pistas que deixa no ar e do estímulo intelectual que a sua leitura induziu. Qualquer tese que se preze possui estes objectivos e neste ponto a de Anjana Singh cumpriu cabalmente com o seu propósito.

Há cerca de trinta anos a historiadora decana da VOC, M. A. P. Meilink-Roelofs, ao longo de outra extensa recensão chamava atenção aos seus pares para a necessidade de se estabelecer um estudo comparativo sério entre as diversas presenças europeias na Ásia, realçando as suas semelhanças no período pré-colonial¹¹⁰. A obra de Anjana Singh tornou premente o estabelecimento permanente desse diálogo.

JOÃO TELES E CUNHA

Donald WARRIN, *So ends this day. The Portuguese in American Whaling 1765-1927*, Dartmouth Mass., Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts, 2010.

A obra em epígrafe da autoria de Donald Warrin, apresentada em New Bedford no mês de Junho do ano passado, seguindo-se a divulgação nos Açores no mês de Outubro com a presença do autor, constitui, na perspectiva do reconhecimento e da valorização do contributo dos portugueses dos Açores e de Cabo Verde, o mais importante trabalho sobre a história da indústria baleeira americana que alguma vez se editou. Acrescentaria mesmo que, pela primeira vez, no quadro da historiografia americana, se dá conta da verdadeira dimensão deste contributo, já que os autores que até ao presente dedicaram ao tema obras consideradas como de referência obrigatória, apenas assinalam a participação dos ilhéus dos arquipélagos portugueses dos Açores e de Cabo Verde de forma meramente accidental. Bastará recordar Alexander Starbuck (1877), Clifford Ashley (1926) e, mais recentemente, Eric Jay Dolin (2007). Em contraposição, e logo na nota de apresentação que antecede o prefácio do autor, Stuart M. Frank faz notar, generalizando, que o contributo dos açorianos e dos caboverdeanos tem sido frequentemente subestimado, ideia que as citações impressas na contracapa, da autoria de conceituados especialistas, enfaticamente sublinham. De facto, essa omissão tem sido sistemática, embora deva ressaltar-se que o investigador açoriano João Afonso na sua obra de 1998, *Mar de baleias e de baleeiros*, em breve alusão, já o havia reclamado de forma expressiva, aliás na continuidade de importante ensaio por ele elaborado mais de uma década antes, a que deu o título de *Baleação pelos Açores na dinâmica Atlântica desde o século XVIII*.

¹¹⁰ M. A. P. MEILINK-ROELOFSZ, "The structures of trade in Asia in the Sixteenth and Seventeenth centuries. A critical appraisal", in *Mare Luso-Indicum. L'océan Indien, les pays riverains et les relations internationales XVI^e-XVIII^e siècles*, IV, 1980, pp. 1-43.